



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS



ADMINISTRAÇÃO: IRANIL DE LIMA SOARES



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 - Centro
CEP: 79370-000 - Ladário-MS
(67) 3226-2002 - governo@ladario.ms.gov.br

Ofício n° 104/2021/SMFP/PML

Ladário-MS, 13 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
DANIEL BENZI
Presidente da Câmara Municipal de Ladário
Rua Corumbá, Q 28 - Centro
79370-000 - Ladário-MS

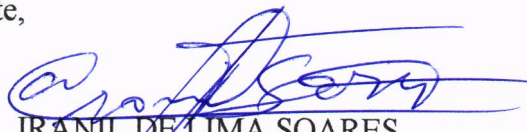
Assunto: **Projeto de Lei**

Senhor Presidente,

1. Apraz-nos encaminhar a Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 6/2021 e Mensagem nº 10/2021, que “Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2022, e dá outras providências”, para fim de apreciação e aprovação dessa Casa de Leis.

2. Ao ensejo, reiteramos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


IRANIL DE LIMA SOARES
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
DE LADÁRIO - MS
PROTOCOLO Nº 126
EM 13/08/21
Doliny Seren
RESPONSÁVEL
às 12h 22 min.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 - Centro
CEP: 79370-000 - Ladário-MS
(67) 3226-2002 - gabinete@ladario.ms.gov.br

MENSAGEM Nº 10/PML, DE 13 DE AGOSTO DE 2021.

Excelentíssimo Senhor,
Vereador DANIEL BENZI
Presidente da Câmara Municipal de Ladário

Para a devida apreciação de Vossas Excelências, estamos encaminhando o Projeto de Lei nº 6/2021 de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício 2022, contendo as diretrizes que deverão nortear a Lei Orçamentária Anual (LOA) do próximo ano.

O presente documento, além de seguir, rigorosamente, os dispositivos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Ladário e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), contém as metas e prioridades de nossa administração para o exercício de 2022. Tais metas são as constantes no Plano Plurianual (PPA 2022-2025) e visam o atendimento das necessidades da população do nosso município.

Os nobres vereadores encontrarão também, nessa proposta, todas as informações pertinentes à elaboração da Lei Orçamentária Anual, cujo Projeto de Lei será encaminhado pelo Executivo a esta egrégia Casa.

As diretrizes fixadas contemplam políticas públicas de Inclusão Social, Infraestrutura e de Gestão, com destaque para as ações nas áreas de Saneamento, Urbanismo, Educação, Saúde, Transporte, Habitação, Geração de Renda, Turismo, Cultura, Esporte, Juventude e Lazer abrangendo ainda as políticas de Capacitação e Valorização dos Servidores.

A presente proposta mantém a linha que nosso governo tem adotado desde o início de seu mandato, quando assumimos o compromisso de governar Ladário com base no planejamento integrado, política fiscal e equilíbrio das contas públicas, isto é, controle efetivos dos gastos, aumentando a receita e transparência na utilização dos recursos públicos.

Portanto, este Projeto de Lei é o reflexo das necessidades de nossa população, levando em consideração também os pleitos apresentados por Vossas Excelências, já que esta nobre corte representa legitimamente o povo de nossa cidade.

Ladário-MS, 13 de agosto de 2021.


IRANÊ DE LIMA SOARES
Prefeito Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO
Rua Corumbá, nº 500 - Centro
CEP: 79370-000 - Ladário-MS
(67) 3226-2002 - gabinete@ladario.ms.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 6/PML, DE 13 DE AGOSTO DE 2021.

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2022, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LADÁRIO, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei; e

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas em cumprimento ao disposto no § 2º, do Art. 165 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 101/2000, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Ladário para o exercício financeiro de 2022, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração pública;
- II - orientações para a elaboração da Lei Orçamentária Anual;
- III - do conteúdo e forma da proposta orçamentária;
- IV - princípios e limites constitucionais;
- V - alterações na legislação tributária;
- VI - equilíbrio entre receita e despesa;
- VII - critérios e forma de limitação de empenho;
- VIII - condições especiais para transferência de recursos públicos a entidade públicas e privadas; e

IX - das disposições gerais e finais.

§ 1º O Município, amparado no disposto do Artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta para o exercício, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais estabelecidos nos § 1º e § 2º do artigo 4º da L.R.F.

§ 2º O Município observará as determinações relativas à transparência de Gestão Fiscal, estabelecidas no art. 48 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e dos arts. 4º e 44 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

CAPÍTULO II

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º As metas e prioridades da administração estão fixadas no Anexo I desta Lei, não se constituindo toda via como um limite ou ordem cronológica na execução da despesa.

§ 1º As Metas e Prioridades poderão sofrer alterações, decorrentes de alocação de recursos nas esferas Estadual e Federal, não previstos no Orçamento Programa e na Lei de



Diretrizes Orçamentárias, com despesas não irrelevantes, conforme § 3º do Art. 16 da L.R.F.

§ 2º As Metas e os programas, pelos respectivos poderes nas respectivas esferas através dos Poderes, poderão sofrer alterações, em consonância com os Art. 16 e 17 da L.R.F.

ORIENTAÇÕES PARA

NO

ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 3º A Lei de Orçamento Fiscal, Anexo ao Plano Plurianual, observados os preceitos estabelecidos no Artigo 2º da Lei nº 4.320/64, de 17 de setembro de 1964, deverá conter, no mínimo, a seguinte estrutura, assim como os quadros demonstrativos ao referido artigo:

§ 1º A Lei de Orçamento Fiscal, Anexo ao Plano Plurianual, deverá conter, no mínimo, as despesas próprias dos órgãos do Governo e da Administração Municipal, ou seja, as despesas que deverão ser realizadas.

§ 2º Todas as despesas deverão ser inscritas no Orçamento Fiscal, Anexo ao Plano Plurianual, e da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

Art. 4º Na Lei de Orçamento Fiscal, Anexo ao Plano Plurianual, a despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, por categoria econômica, função, subfunção, grupo de despesa e modalidade de aplicação, seguido do elemento de despesa.

§ 1º As despesas deverão ser inscritas no Orçamento Fiscal, Anexo ao Plano Plurianual, discriminadas por projeto/atividade e classificadas, no mínimo, de acordo com a seguinte estrutura:

- I - Função, Subfunção e Programa;
- II - Grupos de Despesa;
- III - Elemento de Despesa;

§ 2º Os Grupos de Despesa, de acordo com o inciso II, deste artigo, são os seguintes:

- I - Pessoal e Encargos Sociais - 1;
- II - Juros e Encargos da Dívida - 2;
- III - Outras Despesas Correntes - 3;
- IV - Investimentos - 4;
- V - Inversões Financeiras - 5; e
- VI - Amortização da Dívida - 6.

§ 3º Os conceitos e as especificações dos Grupos de Despesa são os constantes da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal.

§ 4º Cada atividade e projeto identificará a Função, a Subfunção e o Programa aos quais se vinculam.

§ 5º As Fontes e Destinações de Recursos para o Orçamento Programa de 2022 serão classificadas, nos termos dos atos normativos instituídos pelos órgãos responsáveis pelas finanças públicas ou por ato legal do Tribunal de Contas.

§ 6º Se houver alterações na classificação orçamentária, fontes de recursos e suas destinações, pelos órgãos responsáveis, no exercício anterior, fica o Poder Executivo autorizado a adequá-las.

Art. 5º A Lei de Orçamento Fiscal, Anexo ao Plano Plurianual, deverá conter o Orçamento Fiscal e Seguridade, de forma conjunta.



SEÇÃO II

DO CONTEÚDO E FORMA DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Art. 6º A Proposta Orçamentária anual para o exercício de 2022 será encaminhada pelo Poder Executivo para o Poder Legislativo, até o dia 30 de setembro do exercício em curso, e será constituído de:

- I - Mensagem;
- II - Projeto de Lei; e
- III - Quadros Orçamentários consolidados conforme estabelece a Lei nº 4.320/64 em conjunto com Resolução TC/MS nº 88/2018.

Art. 7º O Orçamento Anual abrangerá o poder Executivo e Legislativo do Município, seus fundos e fundações, bem como os órgãos e Entidades da Administração direta e indireta instituídos por Leis.

Art. 8º Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social que compõem o Orçamento Geral do Município, poderão ser apresentados no detalhamento do Orçamento em cada Programa de Ação do Governo com Demonstrativo Resumido do seu Total, no texto da Lei.

Art. 9º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2022 o Poder Executivo deverá incentivar a participação popular através de Audiência Pública, nos termos do § 1º do art. 48 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 em conjunto com Arts. 4º e 44 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001.

Art. 10 A proposta Orçamentária da Seguridade Social será elaborada de forma integrada pelos Órgãos responsáveis pela Saúde, Previdência Social e Assistência Social, de acordo com as metas e prioridades da Lei de Diretrizes e Artigo 24 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 11 A elaboração dos Orçamentos Anuais deverá atender as normas e anexos estabelecidos pela Lei 4.320/64, complementadas pela Lei Federal nº 101/2000 e a Resolução TC/MS nº 88/2018.

Art. 12 Os Orçamentos das Administrações Indiretas e dos Fundos constarão das Leis Orçamentárias Anuais, em valores e Dotações Globais, não lhes prejudicando a autonomia da gestão legal de seus recursos, cujos desdobramentos, alterações e suplementações, serão aprovados por ato do Poder Executivo, durante o exercício de sua vigência.

Parágrafo único. Aplicam-se as Administrações Indiretas no que couber, os limites e disposições da Lei Complementar nº 101/2000, cabendo a incorporação dos seus Orçamentos Anuais assim como as Prestações de Conta, as demonstrações Consolidada do Município.

Art. 13 Caberá a Lei Orçamentária Anual autorizar as seguintes situações:

I - Abrir créditos adicionais suplementares até determinado limite, do total da despesa fixada no orçamento geral do município, utilizando como recursos compensatórios as fontes previstas no § 1º do Art. 43 da Lei nº 4.320/64; e

II - Tomar todas as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita.

§ 1º Não onerarão o limite previsto no inciso I deste artigo, os créditos:

a) destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas a inativos e pensionistas, pessoal e encargos sociais, débitos de precatórios judiciais, sentenças judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercício anteriores;



b) abertos mediante utilização de recursos previstos nos incisos I e II do § 1º do artigo 43, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; e

c) suplementares para adequação das despesas com recursos oriundos de Convênios, Contrato de Repasse e Termos de Cooperação ou Instrumento Congênere, limitados aos recursos efetivamente arrecadados.

§ 2º As autorizações contempladas no caput deste artigo são extensivas às dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e às programações orçamentárias dos Fundos e dos Órgãos da Administração Indireta.

Art. 14 Na Lei Orçamentária Anual, nos termos do Art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000, constará uma reserva de Contingência de até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, para atendimento complementar das situações de passivos contingentes e outros riscos e eventos Fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Aplica-se a Reserva de Contingência o mesmo procedimento e condições para os Poderes Executivo e Legislativo, no que couber.

Art. 15 A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal deverá explicitar sinteticamente a situação econômica financeira do município.

Art. 16 O Órgão central de finanças encarregado do Planejamento Orçamentário comandará as alterações Orçamentárias, observadas as reduções, contenções e não aplicações de despesas em determinadas unidades, em favor das demais unidades orçamentárias, objetivando as aplicações em áreas prioritárias, de maior concentração de necessidade de serviços públicos.

Art. 17 Fica autorizada a realização de concursos Públicos para todos os poderes, desde que:

I - Atendam os dispositivos do Art. 169 da C.F. e limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101 de 04/05/00; e

II - Sejam para suprir deficiências de mão-de-obra ou ampliação de serviços básicos do Município.

Art. 18 Para elaboração da proposta orçamentária da Câmara Municipal fica estipulado o percentual de até 7% (sete por cento), da Receita Tributária do Município e das Transferências Constitucionais da União e do Estado, obedecendo aos artigos 158 e 159 da Constituição Federal e do produto da Receita da Dívida Ativa Tributária, conforme revela o artigo 29-A da Constituição Federal.

§ 1º O duodécimo de direito da Câmara Municipal nos termos do caput, deste artigo, far-se-ão até o dia 20 (vinte) de cada mês, na proporção de 1/12 avos (um doze avos), conforme estabelece o artigo 29-A, § 2º, Inciso II da CF/88.

§ 2º A Câmara Municipal enviará até o décimo quinto dia de cada mês as demonstrações contábeis do mês anterior para fins de integração e consolidação à contabilidade geral do município em atendimentos as exigências contidas nos arts. 52, 53 e 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000).

§ 3º As despesas com pessoal e encargos da Câmara Municipal incluindo os subsídios dos vereadores limitar-se-ão ao estabelecido na alínea "a" do inciso III, do artigo 20, da Lei Complementar nº 101/2000 e aos limites impostos no artigo 29-A da Constituição Federal.

Art. 19 A Prefeitura Municipal informará, em separado da Lei Orçamentária Anual, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais incluídos na proposta



orçamentária de 2022, conforme determina o Art. 100, § 1º, da Constituição, discriminada por órgão da administração direta e autarquias e por grupo de despesas, especificando:

- I - O número da ação originária;
- II - O número do precatório;
- III - O tipo de causa julgada;
- IV - A data da autuação do precatório;
- V - O nome do beneficiário; e
- VI - O valor do precatório a ser pago.

§ 1º Os órgãos e entidades devedores, referidos no caput deste artigo, comunicarão à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal, no prazo máximo de cinco dias contados do recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos.

§ 2º A relação dos débitos, de que trata o caput deste artigo, somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atenda pelo menos uma das seguintes condições:

- I - Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e
- II - Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

SEÇÃO III

PRINCÍPIOS E LIMITES CONSTITUCIONAIS

Art. 20 A Lei Orçamentária Anual destinará:

I - no mínimo, 25% (vinte cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida proveniente de transferências para a manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme estabelece o art. 212 da Constituição Federal;

II - no mínimo 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais do FUNDEB, ao pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, conforme preceitua a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020; e

III - no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal em ações e serviços públicos de saúde.

Art. 21 As operações de créditos aplicam-se as normas estabelecidas nos Artigos 32 e 33 para a contratação, assim como os Artigos 34, 35, 36 e 37 quanto às vedações, da Lei Complementar nº 101/2000 e Portaria nº 4 do Senado.

Art. 22 As operações de crédito por antecipação de Receita Orçamentária aplicam-se as disposições estabelecidas no Artigo 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23 É vedada a utilização de recursos transferidos, em finalidade diversa da pactuada.

Art. 24 Os precatórios Judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houver sido incluído integram a Dívida Pública consolidada, para fins de aplicação dos limites constitucionais.

Art. 25 A Despesa Total com o pessoal do Executivo Municipal e do Legislativo Municipal não poderá exceder o percentual de 54% (cinquenta quatro por cento) e 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida do Município, considerada nos Termos do Artigo 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.



Art. 26 A operacionalização e demonstrações contábeis compreenderão isolada e conjuntamente as transações e operações de cada Órgão e Fundo ou entidade da administração direta autarquia e fundacional inclusive empresa estatal dependente, nos termos do inciso III do Artigo 50 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 27 As disponibilidades de Caixa serão depositadas em instituições Oficiais nos termos do Artigo 43 da Lei Complementar nº 101/2000 c/c § 3º do Art. 164 da C.F., devidamente escriturada de forma individualizada, identificando-se os recursos vinculados a Órgão, Fundo, ou Despesa Obrigatória.

Parágrafo único. O disposto no caput, deste artigo, não se aplica as movimentações financeiras, praticadas pela administração com instituições não oficiais que gerenciam a folha de pagamento dos servidores públicos, assim como, os recebimentos de tributos locais.

Art. 28 A Pessoa Jurídica em débito com o Sistema da Seguridade Social, como estabelecido em Lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou Incentivos Fiscais ou Creditícios.

Art. 29 Integram a Dívida Pública Consolidada as operações de crédito de prazo inferior a 12 meses cujas receitas tenham constado do Orçamento, nos termos do § 3º do Art. 29 da Lei nº 101/2000.

§ 1º Equipara-se a Operação de crédito, e integrará a Dívida Pública Consolidada, nos termos do § 1º do Artigo 29 da Lei 101/2000, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos Artigos 15 e 16:

- I - Assunção de Dívidas;
- II - O reconhecimento de Dívidas; e
- III - A confissão de Dívidas.

Art. 30 Os Precatórios Judiciais não pagos durante a execução do Orçamento em que houver sido incluído integram a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da Dívida.

CAPÍTULO IV

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 31 O Poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação e arrecadação de recursos, revisões tributárias, vinculadas especialmente:

I - A revisão da Legislação e cadastro imobiliário, para efeito de regulamentação, lançamento e arrecadação do IPTU;

II - Ao recadastramento dos contribuintes do imposto sobre Serviço de qualquer Natureza - ISS, e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;

III - À reestruturação no sistema de avaliação imobiliária, para cobrança do ITBI adequando-o à realidade e valores de mercado;

IV - Ao controle da Circulação de Mercadorias e Serviços produzidos e comercializados no município, para efeitos de crescimento do índice de participação no ICMS;

V - Às amostragens populacionais periódicas, visando a obtenção de maiores ganhos nos recursos do Fundo de participação dos Municípios FPM, distribuídos em Função da Receita da União, do Imposto de Renda e imposto sobre Produtos industrializados;

VI - A recuperação dos investimentos, através da cobrança da Contribuição de Melhorias previstas em Leis;



VII - A cobrança, através das Tarifas decorrentes de Serviços Públicos ou do Exercício do Poder de Polícia, com seus custos atualizados de acordo com o dimensionamento das despesas aplicadas na Prestação dos Serviços e nas demais atividades vinculadas aos Contribuintes Imobiliários, Prestadores de serviços, comércio e indústrias em geral, localizados no território do Município; e

VIII - Modernização da Administração Pública Municipal, através da informatização dos serviços, redução de Despesas de custeio, racionalização de gastos e implementações da estrutura operacional para o atendimento adequado das aspirações da coletividade.

CAPÍTULO V

EQUILÍBRIO ENTRE RECEITA E DESPESA

Art. 32 Ao Município compete a arrecadação de todos os tributos instituídos nas Constituições Federais e Estaduais vigentes e na Lei Orgânica do Município, bem como a aplicação de suas rendas.

Art. 33 As previsões de Receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações da Legislação da variação do índice de preço do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos 3 anos, da projeção para os dois seguintes aquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de Receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para Receitas de Operações de Crédito não poderá ser superior ao das Despesas de Capital constantes do Projeto de Lei Orçamentária.

§ 3º O Poder executivo colocará à disposição do Legislativo, antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta Orçamentária, os estudos e as estimativas das Receitas para o exercício subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 34 Até 30 dias após a publicação dos orçamentos, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e a sonegação, da quantidade e valores.

Parágrafo único. As despesas igualmente terão a programação financeira e cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 35 Se, no decorrer do Exercício Financeiro e Fiscal, as Despesas, em face de variação de preços, tender a ultrapassar os quantitativos orçados, os quais são objeto de índice de crescimento pré-fixado, e a Receita também comportar-se acima dos níveis das Despesas Estimadas, o Prefeito poderá efetuar, excepcionalmente, adequação Orçamentária compatibilizada aos efeitos inflacionários, corrigindo monetariamente os valores quantificados no projeto originalmente aprovado.

Parágrafo único. Da mesma forma, se o comportamento da receita e despesa tender a reduzir, em função de baixa taxa inflacionária, o Prefeito adotará as medidas adequadas à contenção de despesas, conforme dispõe a Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 36 A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deverá iniciar sua vigência e nos dois seguintes,



atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e pelo menos uma das seguintes condições:

I - Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da Receita Orçamentária, na forma do Artigo 16º da Lei Complementar nº 101, e de que não afetará as metas de resultados Fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias quando for o caso; e

II - Estar acompanhada de medida de compensação, no período mencionado no Caput, por meio do aumento da Receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º O dispositivo, neste Artigo, não se aplica:

I - As alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do Art. 153 da Constituição Federal, na forma do seu § 1º; e

II - Ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Art. 37 Será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao Patrimônio Público a geração de despesas ou assunção que não atendam o disposto nos Art. 16 e 17 da Lei complementar nº 101/2000.

Art. 38 Consideram-se como Despesas com Pessoal, as definidas no Artigo 18 da Lei complementar nº 101/2000, assim como as normas estabelecidas nos Artigos 2º, 19, 20, 21, 22 e 23 do mesmo diploma legal.

Art. 39 Na Lei Orçamentária Anual, as Receitas e Despesas serão orçadas de acordo com a variação monetária prevista para o exercício de sua vigência, levando-se em consideração os índices de crescimento do último exercício, as tendências de recursos para aquele ano, os serviços públicos necessários e, inclusive, as revisões tributárias decorrentes da Legislação a vigorar naquele exercício e a Legislação Federal superveniente.

Art. 40 As Receitas próprias de Órgãos, Fundos, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão programadas para atenderem, preferencialmente as peculiaridades de cada um, gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contrapartida a financiamentos e outros necessários para sua manutenção ou investimentos prioritários, bem como racionalização das despesas e obtenção de ganhos de produtividade, no que couber, ou a quem de direito o Fundo abranger.

Parágrafo único. As receitas dos Fundos serão registradas nos Fundos, separando-as por rubricas específicas, inclusive as relativas aos Convênios que deverão ser individualizados.

CAPÍTULO VI

CRITÉRIOS E FORMA DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 41 Averiguação do cumprimento dos limites estabelecidos nos Artigos 19 e 20 da Lei complementar nº 101 serão realizadas no final de cada semestre.

§ 1º Se a Despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite é vedado ao Poder ou Órgão referido no Artigo 20 que houver incorrido no excesso:



I - Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da constituição;

II - Criação de cargo, emprego ou função;

III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e

V - Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 42 Se a despesa total com pessoal, do Poder ou Órgão, ultrapassar os limites definidos na Lei Complementar nº 101/2000, sem prejuízo das medidas previstas no Artigo 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos Parágrafos 3º e 4º do Artigo 169 da constituição.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do Artigo 169 da constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I - Receber transferências voluntárias;

II - Obter garantia direta ou indireta, de outro ente; e

III - Contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Art. 43 Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão, por ato próprio nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de emprego e movimentação financeira, segundo os critérios e condições que serão estabelecidos através de decretos dos respectivos poderes.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma populacional as reduções efetivadas.

§ 2º Não será objeto de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

CAPITULO VII

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PÚBLICOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 44 A destinação de recursos para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficit de pessoas jurídicas deverá ser autorizada em Lei específica.

Art. 45 A Lei Orçamentária Anual, bem como suas alterações, não destinará recursos para execução direta pela Administração Pública Municipal, de Projetos e Atividades típicas das Administrações Estadual e Federal ressalvada os concernentes a Despesas Previstas em convênios e acordos com Órgãos dessas esferas de governo.



§ 1º A despesa com cooperação técnica e financeira ou contrapartidas em Convênios e Acordos far-se-á em programação específica classificada conforme dotação orçamentária.

§ 2º Os convênios e Acordos que destinarem recursos para obras, benfeitorias, reformas, em instalações que não sejam de propriedade e domínio do Município, terão sua execução nos Registros extra orçamentários.

§ 3º É vedada a inclusão na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações, de quaisquer Recursos do Município para Clubes e Associações ou outras Entidades Congêneres, excetuadas as Creches e Escolas para o atendimento Pré-Escolar, Ensino Fundamental ou Especial a Cargo do Município e auxílio a universitários cuja renda seja insuficiente para custeio de seus estudos ou locomoções.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 46 Se o projeto de Lei Orçamentária Anual, enviado ao Legislativo até 30 de setembro 2021, não for apreciado e votado pela Câmara Municipal e devolvido ao Poder Executivo para sanção até o dia 31 de dezembro do exercício de 2021, o Prefeito Municipal promulgará a Lei Orçamentária a vigorar para o exercício subsequente, de acordo com o Projeto de Lei original enviado à Câmara Municipal.

§ 1º Não apresentado pelo Poder Executivo o projeto de Lei Anual ou rejeitado este pelo Poder Legislativo, fica automaticamente aprovado para vigor no exercício seguinte, o Orçamento do exercício em curso, consolidado no mês de dezembro, com suas alterações orçamentárias e autorizações concedidas relativas aos Créditos Adicionais com a devida correção monetária do exercício.

§ 2º Não ocorrendo nenhuma das situações elencadas e por força de outros motivos ocorrem que a votação pelo Legislativo, adentre o exercício da execução, fica o Executivo autorizado a utilizar-se de 1/12 avos por cada mês da proposta apresentada até a efetiva deliberação pelo Legislativo.

Art. 47 As propostas de modificação no Projeto da Lei Orçamentária Anual serão apresentadas, no que couber da mesma forma e nível de detalhamento dos demonstrativos e anexos apresentados.

Art. 48 Fica o Poder Executivo autorizado a promover as autorizações e adequações de sua estrutura administrativa, com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao Poder Público Municipal, mediante prévia autorização Legislativa. Na elaboração da proposta orçamentária, se necessário, o Poder Executivo efetuará a revisão do PPA de forma a promover a integração e transparência entre os instrumentos de planejamento, buscando a maior efetividade das ações na administração.

§ 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a promover a criação da Procuradoria Geral do Município (PGM) por intermédio de Lei Complementar devidamente aprovada pelo legislativo, por intermédio da transformação da Advocacia Geral do Município e incorporação de suas respectivas dotações à PGM, com o consequente aumento da despesa decorrente da reestruturação da carreira dos servidores afetados.

Art. 49 A escrituração, a consolidação e a prestação das contas anuais dos Poderes serão processadas e elaboradas com base nas normas vigentes de contabilidade pública, além de obedecer às normas previstas nesta Lei.



Art. 50 Fica o Executivo municipal autorizado a proceder descontos sobre o IPTU referente ao exercício 2021 de até 20% sobre o valor do tributo lançado para os contribuintes que procederem o pagamento em quota única de 10% para aqueles que pagarem em duas parcelas como forma de incentivo à arrecadação tributária, sendo tais valores compensados pelo aumento da arrecadação decorrente de tal incentivo.

Art. 51 Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20 da LRF, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos que integrarem o Orçamento Programa de 2022 deverão utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, resguardada a autonomia em cumprimento ao § 6º do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, incluído pela Lei Complementar nº 156/2016.

Art. 52 Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a conceder a reposição salarial aos vencimentos dos servidores públicos e ao subsídio dos seus agentes políticos nos termos do Inciso X do Art. 37 da Carta Magna.

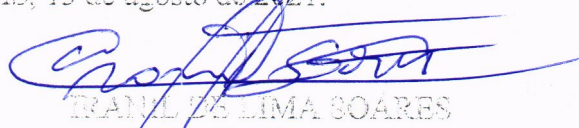
Art. 53 Integram-se a esta Lei os anexos elencados no rol do manual de demonstrativos fiscais editados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 54 As metas e prioridades fixadas nesta Lei poderão ser revistas quando da elaboração do Plano Plurianual, de modo a garantir a compatibilidade dos instrumentos de planejamento.

Art. 55 No prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o Poder Executivo disponibilizará o Decreto que estabelecerá a programa mensal de desembolso dos órgãos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em consonância com as disposições contidas nos arts. 47 a 50 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, c/c Art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com base nas receitas previstas e nas despesas fixadas na LOA.

Art. 56 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ladário-MS, 13 de agosto de 2021.


TRÂMELA DE LIMA SOARES
Prefeita Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE LADÁRIO

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

SUMÁRIO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

DOCUMENTOS:

Descrição	Página
1. Mensagem;	
2. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (CF, art. 165, inc. II e LC n.º 101/00, art. 4º, inc. I);	
3. Relatório contendo as metas e ações priorizadas para o exercício a que se refere, ou sua referência no texto da lei (CF, art. 165, inc. II, § 2º);	
4. Anexo 1 – AMF – Anexo de Metas Fiscais, Demonstrativos de Metas Anuais (LC n.º 101/00, art. 4º § 1º e Portaria da STN);	
5. Anexo 2 – AMF – Anexo de Metas Fiscais, Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (LC n.º 101/00, art. 4º § 2º, I, e Portaria da STN);	
6. Anexo 3 – AMF – Anexo de Metas Fiscais, Comparativo das Metas Fiscais Atuais com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LC n.º 101/00, art. 4º § 2º, II, e Portaria da STN);	
7. Anexo 4 – AMF – Anexo de Metas Fiscais, Demonstrativo de Evolução do Patrimônio Líquido (LC n.º 101/00, art. 4º § 2º, III, e Portaria da STN);	
8. Anexo 5 – AMF – Anexo de Metas Fiscais, Demonstrativo de Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, (LC n.º 101/00, art. 4º § 2º, III, e Portaria da STN);	



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE LADÁRIO

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

9. Anexo 6 – AMF – Anexo de Metas Fiscais, Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (LC n.º 101/00, art. 4º § 2º, IV, alínea “a” e Portaria da STN);

10. Anexo 7 – AMF – Anexo de Metas Fiscais, Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LC n.º 101/00, art. 4º § 2º, V e Portaria da STN);

11. Anexo 8 – AMF – Anexo de Metas Fiscais, Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LC n.º 101/00, art. 4º § 2º, V e Portaria da STN);

12. Anexo 1 – ARF – Anexo de Riscos Fiscais, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, ou Declaração de Inocorrência de Movimento (LC n.º 101/00, art. 4º, § 3º e Portaria da STN).



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE LADÁRIO
Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

MENSAGEM



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE LADÁRIO

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

PROJETO DE LEI



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE LADÁRIO**

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

**COMPROVAÇÃO DA
PARTICIPAÇÃO DOS PODERES
MUNICIPAIS E DA SOCIEDADE
NA ELABORAÇÃO DA LDO 2021
“ART 48, LC 101/2000”**



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

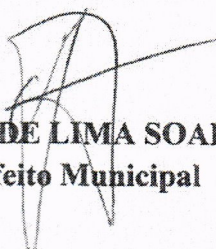
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA
ELABORAÇÃO DA LDO- LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O
EXERCÍCIO 2022- REPUBLICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Ladário-MS, Sr. **IRANIL DE LIMA SOARES**, cumprindo o que dispõe a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica do Município de Ladário-MS, e Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público e convoca a sociedade em geral para uma **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que fará realizar no dia **24/06/2021 (Quinta-Feira)**, às **09:00 horas**, com a finalidade de debater e contribuir para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.

A Referida Audiência Pública será realizada e transmitida online, através do facebook da Prefeitura Municipal de Ladário, pelo link, <https://www.facebook.com/prefeituradeladario/>, em atendimento às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), de não aglomeração de pessoas, bem como a utilização de máscara facial e álcool em gel para evitar o contágio e proliferação do vírus COVID-19.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, que será publicado na imprensa e afixado na sede da Prefeitura, a fim de ser dada publicidade e ampla divulgação da audiência pública e seus objetivos.

Ladário-MS, 11 de junho de 2021.


IRANIL DE LIMA SOARES
Prefeito Municipal

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2022 - REPUBLICAÇÃO

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DA LDO-
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO 2022- REPUBLICAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Ladário-MS, Sr. **IRANIL DE LIMA SOARES**, cumprindo o que dispõe a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica do Município de Ladário-MS, e Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público e convoca a sociedade em geral para uma **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que fará realizar no dia **24/06/2021 (Quinta-Feira)**, às **09:00 horas**, com a finalidade de debater e contribuir para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.

A Referida Audiência Pública será realizada e transmitida online, através do facebook da Prefeitura Municipal de Ladário, pelo link, <https://www.facebook.com/prefeituradeladario/>, em atendimento às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), de não aglomeração de pessoas, bem como a utilização de máscara facial e álcool em gel para evitar o contágio e proliferação do vírus COVID-19.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, que será publicado na imprensa e afixado na sede da Prefeitura, a fim de ser dada publicidade e ampla divulgação da audiência pública e seus objetivos.

Ladário-MS, 11 de junho de 2021.

IRANIL DE LIMA SOARES

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Robson Costa da Conceição



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE LADÁRIO**

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

**RELATÓRIO CONTENDO AS
METAS E AÇÕES PRIORIZADAS
PARA O EXERCÍCIO A QUE SE
REFERE, OU SUA REFERÊNCIA
NO TEXTO DA LEI (CF, ART. 165,
INC. II, § 2º)**



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2022

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

1 - AÇÃO LEGISLATIVA	
1.1 – Manutenção da Câmara	<ul style="list-style-type: none">➤ Assegurar o funcionamento da Câmara, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo condições aos vereadores o exercício de suas funções;➤ Aquisição de equipamentos e material de consumos, que permitam o desenvolvimento das atividades do Legislativo municipal;➤ Reciclagem, promoção de cursos e treinamento de pessoal, para capacitação e aperfeiçoamento dos servidores.
1.2 - Construção e ampliação do prédio da Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none">➤ Construção e ampliação do prédio da Câmara Municipal;➤ Urbanização da sede da Câmara Municipal.
2 – EDUCAÇÃO E CULTURA	
2.1 - Educação Infantil (0 a 5 anos)	<ul style="list-style-type: none">➤ Desenvolver ações que assegurem a manutenção, expansão e qualidade de atendimento da educação infantil, com dotações orçamentárias específicas à modalidade de ensino, com pessoal capacitado;➤ Criação de áreas de lazer para crianças de 0 a 5 anos;➤ Aumento do efetivo em recursos humanos que atendam as ampliações da rede.➤ Ampliar atendimento a criança de 0 a 5 anos em Creches Municipais e/ou Centros de Educação Infantil e Pré-Escola;➤ Levantamento de demanda de 0 a 6 anos nos bairros.
2.2 - Construção e Ampliação de Creches e/ou Centros Municipais de Educação Infantil e Pré- Escola (0 a 5 anos) nos bairros	<ul style="list-style-type: none">➤ Construção de salas de aula para pré-escola, aquisição de equipamentos e materiais adequados;➤ Manutenção da rede física, pagamento de pessoal e encargos sociais;➤ Adequar as unidades escolares com acessibilidade de forma a atender alunos da educação especial.
2.3 - Ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none">➤ Apoiar e ampliar a política de atendimento ao ensino fundamental, garantindo o acesso, permanência e desenvolvimento da criança,



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

2.4 - Educação de Jovens e Adultos -EJA

2.5 - Alimentação Escolar

- buscando uma educação de qualidade;
- Apoiar as ações dos Conselhos e outras entidades ligadas a Educação;
- Aquisição de materiais adequados para Assistência ao Educando (Educação Especial; Informática Educacional; Programas Multidisciplinares e Atividades extracurriculares);
- Implantar salas de recursos destinados atendimento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, garantindo o sucesso dos mesmos;
- Construção de salas de aula para atender o ensino fundamental em modalidade de educação Integral;
- Construção de salas para laboratório de informática na zona rural e zona urbana;
- Aquisição de equipamentos e mobiliários para implantação de laboratórios de informática;
- Construção de salas para biblioteca nas unidades escolares;
- Manutenção da rede física, aquisição de equipamentos pagamento de pessoal e encargos sociais;
- Aquisição de equipamentos de climatização e manutenção dos equipamentos já existentes;
- Climatização da rede municipal de ensino;
- Apoiar as iniciativas ligadas a projetos sociais, culturais e afins, exclusivamente vinculado às Escolas Municipais, e outros;
- Aumento do efetivo em recursos humanos que atendam as ampliações da rede;
- Aquisição de mobiliários a fim de atender a educação em tempo integral;
- Adequar as unidades escolares com acessibilidade de forma a atender alunos da educação especial;
- Aquisição de tecnologia assistiva (baixa e alta);
- Equipar salas de tecnologia.
- Promover a educação de jovens e adultos, assegurando o domínio da leitura e da escrita, propiciando a sua participação ativa na sociedade e a possibilidade de acesso aos níveis superiores de escolarização e erradicação do analfabetismo;
- Previsão orçamentária para aquisição de material,
- Manutenção da Descentralização do Programa de Alimentação Escolar, visando à melhoria e a qualidade da merenda escolar, havendo necessidade da participação financeira do



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

2.6 - Quadras de Esportes	município na aquisição de produtos.
2.7 - Formação Continuada	<ul style="list-style-type: none">➤ Manutenção das quadras de esportes já existentes.➤ Construção de novas quadras esportivas➤ Assegurar recursos visando o desenvolvimento de programa permanente de capacitação e atualização profissional, implementar programas de desenvolvimento e atualizar recursos humanos, abrangendo os profissionais lotados na educação;
2.8 - Reestruturação e Manutenção dos Espaços Físicos	<ul style="list-style-type: none">➤ Previsão Orçamentária a fim de valorizar financeiramente professores que realizem curso de 80 horas promovido pela Secretaria Municipal de Educação;➤ Aquisição de mobiliário e material tecnológico;➤ Previsão orçamentária para aquisição de material e mídias.➤ Previsão orçamentária para construção de espaços formadores;
2.9 - Manutenção dos Serviços de Transporte Escolar	<ul style="list-style-type: none">➤ Construção, ampliação, reforma e manutenção dos espaços físicos escolas, sede da secretaria e aquisição de equipamentos;➤ Renovação e manutenção da frota de ônibus e veículos de pequeno porte já existentes, bem como a terceirização de serviços de transporte escolar para estudantes residentes no Município, assegurando acesso à escola e agilização dos serviços;
2.10 - Convênios com Entidades	<ul style="list-style-type: none">➤ Aquisição de veículo destinado ao transporte de merenda escolar da rede pública de ensino; Aquisição de veículos de pequeno e médio porte para atendimento da Secretaria Municipal de Educação;
2.11 - Apoiar e promover cursos de aperfeiçoamento para educadores e servidores na área de portadores de deficiências especiais	<ul style="list-style-type: none">➤ Aquisição de veículos de médio porte traçado, 4 x4, para transporte de estudantes residentes na zona rural do Município;➤ Aquisição Van para atendimento da secretaria.
2.12 - Inclusão digital	<ul style="list-style-type: none">➤ Apoiar as ações de entidades declaradas de utilidade pública, ONGS, associações civis regulamentadas as quais prestam serviços sócios educacionais à comunidade.➤ Realizar cursos de aperfeiçoamento para



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

2.13 - Apoiar a aquisição dos produtos alimentares oriundo dos produtores do município	educadores visando à inclusão dos portadores de necessidades especiais
2.14 - Manutenção	<ul style="list-style-type: none">➤ Implantação de salas de informática nas escolas do campo assegurando a inclusão digital dos alunos de toda a rede;➤ Aquisição de computadores e equipamentos pertinentes a informática.➤ Apoiar a aquisição dos produtos alimentares oriundo dos produtores rurais do município, tendo como meta as regras do PNAE - (Agricultura Familiar).
2.15 - Aquisição	<ul style="list-style-type: none">➤ Frota de ônibus adquiridos pela Secretaria de Educação, fazer revisão dos ônibus, caminhão, Ranger, do Fiat Uno e Van;➤ Manutenção da infraestrutura da Biblioteca do SESI. (Secretaria de Governo/Administração);➤ Manutenção da infraestrutura e adequação da Biblioteca Municipal para funcionamento do Núcleo de Tecnologia Educacional. (Secretaria de Governo/Administração).
2.16 - Outros	<ul style="list-style-type: none">➤ Computadores para atendimento de expediente nas Instituições de Ensino, Secretaria de Educação e bibliotecas;➤ Linhas telefônicas com acesso a internet para as unidades escolares que não possuem tais recursos;➤ Aquisição de fogões, geladeiras, freezer, colchões, lençóis, material de escritório e pedagógico para as instituições de ensino e Conselhos da Secretaria.➤ Prever orçamento para realização de 1 Fórum da Educação;➤ Prever orçamento para o Programa Semear;➤ Prever orçamento para as formações continuada;➤ Prever orçamento com diárias e passagens para cursos, reuniões, seminários, fóruns fora do município e estado aos trabalhadores da educação;➤ Prever orçamento de pagamento de anuidade da UNDIME e UNCME.➤ Aparelhar as escolas e creches com segurança de monitoramento 24 horas, bem como com
2.17 – Promoção e divulgação da cultura, através de seus programas	



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

2.18 - Manutenção do Patrimônio Cultural

2.19 – Manutenção das ações de Cultura

2.20 - Convênios

guarda municipal;

- Viabilizar recursos destinados à realização de projetos e eventos culturais como: Museu do acervo Histórico Ladarense, salões de artes e mostras de artistas ladarenses, fixas e itinerantes, com o objetivo de resgatar a história e cultura ladarense.
- Coordenação de Eventos, com promoção e organização de eventos junto à comunidade, tais como: Carnaval de Rua e Festas Comemorativas tais como descritos no planejamento anual da cultura.
- Realização de festivais populares, apoio e realização de eventos com grupos folclóricos locais e grupos de teatros que tenham como tema nossa história e cultura.
- Realização de feiras viabilizando a valorização e geração de renda para os artistas locais, Arraia, Realização de Festivais, Grupos Folclóricos, Musicais, Coordenação de etnias.
- Reativação da banda municipal Acyr Barbosa
- Inserção do projeto de Academia de dança.
- Coral Municipal dos servidores
- Criação da Banda de percussão Municipal
- Criação do Centro de Culinária Pantaneira
- Criação do projeto da Academia de Dança "Pérola do Pantanal"
- Criação e apoio aos projetos de cultura de rua
- Conservação, recuperação e proteção do patrimônio cultural, histórico, natural do Município.
- Realização de feiras artísticas itinerantes, como forma de levar a nossa cultura a diferentes pontos do Município, gerando renda aos artesãos e artistas locais
- Realização de eventos étnicos que valorizam os grupos que participaram da nossa identidade cultural.

- Aquisição de material de escritório e pedagógico para uso no desenvolvimento das oficinas que serão oferecidas ao público.
- Aquisição de automóvel para serviços externos como entregas de documentações, locomoção de artistas.
- Aquisição de um veículo tipo VAN para locomoção dos alunos que farão parte das oficinas oferecidas pela Fundação Municipal de Cultura.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

	<ul style="list-style-type: none">➤ Capacitação dos servidores que atuam na Fundação de Cultura.➤ Apoio à órgãos colegiados, através de simpósios, workshop, congressos e divulgação de seus eventos culturais.➤ Apoiar e incentivar, através de subvenções sociais, termo de fomento, as entidades e instituições, que atuam na área de cultura, devidamente registradas em seus conselhos.
3 – SAÚDE PÚBLICA	
3.1 – Promoção do atendimento médico e odontológico Com Saúde na Escola	<ul style="list-style-type: none">➤ Prestar atendimento aos estudantes visando melhorar o desenvolvimento e saudável;➤ Promover o acesso dos usuários do SUS aos medicamentos em quantidade suficiente;➤ Manter estoque de medicamentos suficientes para atender aos usuários do SUS.➤ Levar Assistência Farmacêutica para as Unidades de Saúde, com o programa Hipertensão/Diabetes;➤ Manter e aperfeiçoar a saúde pública, através de cuidados voltados para a família através de visitas domiciliares e análises dos perfis epidemiológicos das áreas adscritas com as práticas de promoção e prevenção desempenhadas pela APS e alimentando os Sistemas Nacionais de Informações.➤ Manter as equipes de Estratégias de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde com os profissionais necessários ou a equipe mínima para o seu funcionamento.➤ Prestar serviços de saúde através da promoção e prevenção à saúde da mulher, da criança, do adolescente, do Idoso, e do Homem com atendimento oportuno, humanizado e de qualidade. Promoção e Prevenção: controle da tuberculose, DST/AIDS, do diabetes, da hipertensão arterial, da hanseníase e demais doenças crônicas. Promoção e Prevenção da saúde do escolar, Assistência Odontológica e Vigilância Nutricional e saúde do trabalhador.➤ Manutenção de programa de alimentação no
3.2 - Manutenção dos estoques de medicamentos da Farmácia Básica	
3.3 - Manutenção da Atenção Primária Saúde, dos serviços prestados na APS e dos Programas de Estratégias de Saúde da Família e do PACS.	
3.4 - Manutenção da Atenção Primária à Saúde com enfoque nos Programas Prioritários da Saúde atuais e os que porventura sejam implantados pela SMS, SES ou MS.	
3.5 - Manutenção de programa de combate a desnutrição infantil	



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

3.6 - Manutenção dos Estabelecimentos de Saúde públicos mantendo-os conforme normas sanitárias vigentes.

3.7 – Apoiar a operacionalização da Associação Beneficente de Corumbá através de parceria com a entidade sem fins lucrativos

3.8 – Construção, reforma, ampliação e melhoria dos Estabelecimentos Públicos de Saúde

3.9 – Aquisição e manutenção de equipamentos permanentes e veículos para atender a Secretaria Municipal de Saúde

3.10 - Execução e manutenção dos sistemas de Vigilância Sanitária

3.11 – Execução e manutenção dos sistemas de Vigilância Sanitária

3.12 – Reduzir a mortalidade infantil em número absoluto e ações do serviço de vigilância epidemiológica

3.13 – Redução da mortalidade materna em números absolutos

combate a desnutrição e Vigilância Nutricional.

- Dar condições e meios para que os Estabelecimentos de Saúde do Sistema Único de Saúde funcionem para atendimento à toda população ladarense.
- Apoiar a mantenedora da Associação Beneficente de Corumbá para que funcione ininterruptamente prestando assistência médica a toda população através do Sistema Único de Saúde.
- Melhorar a infraestrutura da rede pública de saúde a disposição para uma melhor oferta dos serviços de saúde.
- Adquirir, equipar e dar manutenção aos equipamentos e sua frota da SMS dos demais estabelecimentos públicos de saúde bem como atender no transporte sanitário os usuários do Sistema único de Saúde do município.
- Promover ações voltadas para intervenção nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, procedendo à alimentação de bancos de dados nacionais.
- Promover ações que permitam o controle, monitoramento, manifestação e da propagação de doenças e agravos, participando de campanhas nacionais e complementares locais para prevenção de doenças procedendo à alimentação dos bancos de dados nacionais.
- Realizar ações efetivas que levem à redução da mortalidade infantil.
- Realizar ações efetivas que levem à redução da mortalidade materna.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

<p>3.14 – Garantir o acesso ordenado ao usuário do Sistema Único de Saúde às ações e serviços no âmbito do SUS em Mato Grosso do Sul</p> <p>3.15 – Atendimento ambulatorial de urgência próprio, e hospitalar referenciado em parceria com entidades da iniciativa privada sem fins lucrativos</p> <p>3.16 – Ampliação da oferta de exames na Média Complexidade dos usuários do SUS.</p> <p>3.17 – Curso de qualificação e aperfeiçoamento de médicos e servidores da saúde</p> <p>3.18 – Fortalecer a assistência especializada no âmbito do SUS no município</p>	<ul style="list-style-type: none">➤ Garantir o Tratamento fora do domicílio dentro do Estado de Mato Grosso do Sul através da manutenção da Programação Pactuada Integrada ou outra que venha substituir através do Sistema Municipal de Regulação e normas técnicas de regulação, protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas de acordo com os aspectos legais disponíveis.➤ Promover o acesso universal aos usuários do Sistema Único de Saúde aos serviços ambulatoriais, de urgência e hospitalares.➤ Ampliar o acesso e oferta ao exames diagnósticos complementares de média complexidade dos usuários do SUS para um melhor diagnóstico das doenças.➤ Ofertar periodicamente cursos e treinamento destinados à melhoria na qualidade do atendimento à população.➤ Ampliar a oferta de consultas e procedimentos especializados em tempo oportuno aos usuários do SUS no âmbito do município.
4 – ESPORTE E LAZER	
<p>4.1 – Manutenção da infraestrutura esportiva e administrativa</p> <p>4.2 - Melhorar a infraestrutura esportiva e recreativa</p>	<ul style="list-style-type: none">➤ Custeio com manutenção, contratação de serviços de terceiros e manutenção administrativa;➤ Promover a manutenção da Fundação de Esporte de Ladário.➤ Manutenção, revitalização, readequação, modernização e reforma de equipamentos esportivos, do Centro Poliesportivo Profº Hélio Benzi;➤ Instalação de bebedouro nas praças esportivas do município;➤ Manutenção, revitalização, readequação, modernização e reforma de equipamentos esportivos do Estádio Municipal Vicente Fortunato;



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

4.3 - Sistema municipal de Esporte

4.4 - Realização e participação de eventos esportivos

- Manutenção, revitalização, readequação e modernização e reforma de equipamentos esportivos das praças esportivas do município;
- Manutenção, revitalização, adequação, modernização e construção dos campos de futebol, quadras e vestiários;
- Criar espaços para caminhadas, corridas, pista de skates e esportes radicais, trilhas ecológicas e Mountain Bike;
- Aquisição de terrenos para campos de futebol, campos de futebol de areia, quadras de vôlei de areia; canchas poliesportivas; canchas de malha; canchas de bocha; alambrados em torno das quadras esportivas iluminação de áreas de esportes e pistas de caminhada.
- Aquisição de brinquedos infláveis, brinquedos educativos, pedagógicos e recreativos;
- Aquisição de aparelhos de academias ao ar livre
- Incentivo permanente a atividade física para combate ao sedentarismo;
- Formular e executar a política esportiva em suas diferentes modalidades, promovendo esporte, recreação e lazer a toda a sociedade;
- Manter e prover o projeto/programa Movimenta Ladário;
- Manter e promover o projeto Rua de Lazer;
- Manter e promover o projeto Escola de Esporte;
- Promover o futebol amador de Ladário;
- Implementação de treinamento de Ginástica Olímpica;
- Implementar projetos que possibilitem incentivar a prática esportiva e o lazer para os cidadãos na melhor idade;
- Desenvolvimento de treinamentos esportivos de alto rendimento nas modalidades futsal, futebol, handebol, voleibol, basquetebol, atletismo, ciclismo e natação;
- Desenvolvimento de escolinhas esportivas para crianças e adolescentes nos bairros, vilas e zona rural do município;
- Apoio às associações esportivas, recreativas e culturais, especialmente àquelas que atuam no desenvolvimento comunidades com risco social através do esporte.
- Promoção/organização e execução de torneios, campeonatos, copas e corridas nas modalidades, futsal, futebol, voleibol, handebol, basquetebol, atletismo, ciclismo, artes marciais, esportes aquáticos e orientação esportiva;
- Promoção/organização e participação em eventos no âmbito municipal, intermunicipal,



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

<p>4.5 - Contratação de profissionais</p> <p>4.6 – Integração entre as Secretarias Municipais</p> <p>4.7 - Aquisição de Veículos</p>	<p>estadual, nacional e internacional através de recursos próprios, de convênios e parcerias;</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Organização e participação em eventos de recreação e lazer.➤ Promoção/organização e execução dos Jogos Estudantis de Ladário.➤ Contratação de profissionais de educação física para as mais diversas modalidades de esportes;➤ Contratação de profissionais para o setor administrativo;➤ Realizar convênios com faculdades para utilização de profissionais de educação física em formação.➤ Criação de projeto juntamente com as Secretarias de Educação, Assistência Social, Saúde, Cultura e meio Ambiente.➤ Aquisição de veículo tipo micro-ônibus turismo 32 lugares com banheiro para atender o deslocamento das equipes e atletas da Fundação de Esporte e do Município de Ladário;➤ Aquisição de um veículo tipo Van 20 lugares para atender as necessidades da Fundação de Esporte de Ladário;➤ Aquisição de veículo tipo passeio para atender as necessidades da Fundação de Esporte de Ladário;➤ Aquisição de veículo tipo caminhonete para atender as demandas da Fundação de Esporte de Ladário.
5 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	
<p>5.1 – Gestão Administrativa da SMAS</p> <p>5.2 - Manutenção das Atividades Conselhos</p>	<ul style="list-style-type: none">➤ Atender as demandas da equipe de trabalho, proporcionar estrutura física e financeira, com aquisições de bens de consumo e permanente, bem como atender a execução da Política de Assistência Social, com base na NOB-SUAS. Participação nas reuniões periódicas de gestores-COEGEMAS-Colegiado Estadual de Gestores da Assistência Social, CIB-Comissão Intergestores Bipartites, CIT-Câmara Inter Setorial Tripartite-(nível Nacional).➤ Assegurar apoio técnico e financeiro para o devido funcionamento dos conselhos da Assistência Social (CMAS, CMDCA), com aquisição de materiais de consumo e



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

5.3 - Implementação de Políticas Sociais

5.4 - Construção de espaço de convivência e Condomínio para Idosos

5.5 - Construção, Ampliação e Reforma nas unidades Sociais/Secretaria

5.6- Implantação do Serviço Acolhimento Familiar para crianças e adolescentes

5.7. Criação do Conselho Municipal dos Direitos da pessoa Idosa

5.8- Programa Criança Feliz

equipamentos, e promover capacitações para os conselheiros, bem como viabilizar imóvel próprio para os conselhos de direitos.

- Possibilitar a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social, através de programas, projetos, ações e benefícios sociais. Incluindo apoio técnico e financeiro às instituições sociais Condomínio, espaço de convivência e entidades privadas devidamente certificadas pelo CMAS.
- Projeto para construção de um espaço de convivência e Condomínio para idosos.
- Construir, reformar e ampliar estruturas físicas dos equipamentos da assistência social, tais como Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, entre outros, visando a melhoria na oferta de serviços prestados.
- O Serviços de acolhimento familiar, ofertados por meio de programas de família acolhedora, previsto na Resolução nº 109/2009 do CNAS (Tipificação Nacional de Serviços do Sistema Único de Assistência Social-SUAS), integram os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que visa acolher provisoriamente crianças e adolescentes, aos quais foi aplicada medida de proteção, conforme o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Criação do Conselho Municipal dos Direitos da pessoa idosa, em consonância com as Leis Federais nº 8842/94 (Política Nacional do Idoso), 10.741/03 (Estatuto do Idoso). Tem a função de assegurar o cumprimento dos dispositivos legais que normatizam a política da pessoa idosa, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar as ações decorrentes dessa política, como forma de garantir o bem-estar das pessoas idosas.
- Possibilitar apoio técnico e financeiro para acompanhamento do Programa Criança feliz, visando o desenvolvimento da primeira infância, bem como facilitar o acesso da gestante, crianças e suas famílias às políticas e aos serviços públicos dos quais necessitam, conforme Política Nacional de Assistência



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

5.9 – Aquisição de veículos automotor	Social.
5.10 - Fortalecimento da Proteção Social Básica	<ul style="list-style-type: none">➤ Aquisição de veículo para deslocamento de servidores em visitas domiciliares, atendimento de benefícios eventual e ônibus e/ou micro ônibus para transporte de usuários dos serviços de convivência.➤ Aquisição de materiais de consumo e permanentes para atendimento das crianças e adolescentes acolhidos.➤ Possibilitar apoio técnico e financeiro para implementação e ampliação de serviços de políticas sociais no âmbito da proteção social básica no território municipal, bem como extensão de serviços de convivência nos Assentamentos e bairros afastados do serviço ofertado dentro do município, conforme Política Nacional e Municipal de Assistência Social.
5.11 - Programa de Benefícios Eventuais ao cidadão	<ul style="list-style-type: none">➤ Assegurar apoio de Benefícios Eventuais da Secretaria Municipal de Assistência Social, tais como Auxílio Alimentação, Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade, Cobertores, Aluguel Social, dentre outros previstos em legislação própria.
5.12 - Fortalecimento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	<ul style="list-style-type: none">➤ Possibilitar apoio técnico e financeiro para implementação de políticas sociais no âmbito da proteção social especial, bem como atendimentos de medidas socioeducativas no território municipal, conforme Política Nacional e Municipal de Assistência Social.
5.13 - Gestão do Programa Bolsa Família	<ul style="list-style-type: none">➤ Possibilitar apoio técnico, capacitações ao recursos humanos e financeiro para as ações do Programa Bolsa Família, através do Índice de Gestão descentralizado.
5.15 - Gestão do SUAS	<ul style="list-style-type: none">➤ Possibilitar apoio técnico e financeiro para as ações do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, através do Índice de Gestão do SUAS, bem como promover ações voltadas à capacitações dos servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como dos Conselheiros Municipais de Assistência Social.
5.16 - BPC na escola	<ul style="list-style-type: none">➤ Possibilitar apoio técnico e financeiro para as ações do BPC na escola.➤ Possibilitar apoio técnico e financeiro para



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

<p>5.17 - Programa ACESSUAS</p> <p>5.18 - Aquisição de Materiais Permanentes</p> <p>5.19 - Apoio às entidades e instituições consideradas de utilidade pública da área sócio assistencial</p> <p>FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL 5.20 - Manutenção das atividades do FMIS</p> <p>FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE 5.21 - Manutenção das atividades do FMDCA</p>	<p>atender os usuários, bem como promover a realização de cursos de geração de renda e promoção da cidadania.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Possibilitar a estruturação dos serviços, programas e projetos através de equipamentos permanentes, móveis visando o desenvolvimento das ações sociais.➤ Apoiar e incentivar, através de subvenções sociais, termo de fomento, as entidades e instituições, que atuam na área de assistência social, devidamente registradas em conselhos da área social.➤ Possibilitar a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social, através de programas, projetos, ações e benefícios eventuais. Incluindo apoio técnico e financeiro às entidades privadas, devidamente certificadas pelo CMAS. Bem como aquisição de materiais permanentes, investimentos com construções e reformas de unidades sociais.➤ Possibilitar apoio técnico e financeiro aos projetos, programas e ações, para a implementação de políticas sociais voltadas às garantias de direitos da Criança e Adolescente e atender requisição de medicamentos as crianças e adolescentes Institucionalizadas na Casa de Acolhimento Amparo da Juventude.
6 – DESENVOLVIMENTO URBANO	
<p>6.1 – Infraestrutura Urbana</p>	<ul style="list-style-type: none">➤ Execução de serviços de adequação de acesso, pavimentação asfáltica, drenagem, obras complementares na cidade, tais como:<ul style="list-style-type: none">• Execução de recuperação da malha asfáltica e serviços de tapa buraco;• Execução de serviços de sinalização urbana;• Implantação do sistema de rede de águas pluviais;• Meio-fio• Lajotamento• Drenagem de águas pluviais na Av. 14 de março, nas proximidades do Banco



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

6.2 - Renovação da frota de máquinas e veículos	Bradesco.
6.3 - Desapropriação de áreas para o desenvolvimento urbano para construção de estradas vicinais.	<ul style="list-style-type: none">➤ Aquisição de máquinas e equipamentos visando a melhoria na prestação de serviços➤ Desapropriação de áreas para implantação de projetos de interesse do Município;
6.4 - Limpeza Urbana	<ul style="list-style-type: none">➤ Manutenção e melhoria no serviço de coleta de lixo (inclusive a implantação de coleta seletiva), limpeza urbana e gerenciamento de aterro sanitário.➤ Serviço de limpeza manual; roçada mecanizada; retirada de entulho e podas de árvores; caiação e varrição de vias e prédios públicos.
6.5 - Implantação e revitalização de Praças e Jardins	<ul style="list-style-type: none">➤ Implantação, manutenção e revitalização de praças, jardins.
6.6 - Iluminação Pública	<ul style="list-style-type: none">➤ Manutenção e ampliação de Serviços de Iluminação Pública, instalação de iluminação.➤ Melhoria na iluminação das praças públicas;➤ Aquisição do material necessário a conservação e ampliação da rede, tanto urbana quanto rural.
6.7 - Cemitério Municipal, e casa mortuária	<ul style="list-style-type: none">➤ Manutenção, conservação do cemitério, organização, adequação e melhorias no cemitério, e construção de casa mortuária para atender os funerais.
6.8 - Aquisição de um caminhão pipa	<ul style="list-style-type: none">➤ Aquisição de um caminhão pipa
6.9 - Ampliação do sistema de abastecimento d'água	<ul style="list-style-type: none">➤ Dotar de medidas de articulação junto a empresa detentora da concessão do tratamento e distribuição de água de mais um complemento voltado ao bem estar e a saúde dos munícipes, atendendo as normas da OMS;➤ Melhorar a condição de vida das famílias ainda não atendida por rede d'água.
6.10 - Reestruturação da Guarda Municipal	<ul style="list-style-type: none">➤ Capacitação/reciclagem (defesa e Leis) do efetivo da Guarda Municipal;➤ Aquisição de Uniformes;➤ Melhoria na infraestrutura predial e administrativa;



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

	<ul style="list-style-type: none">➤ Implantação de sistema de monitoramento por câmeras;➤ Manutenção e reparos de veículos motorizados.
7 – MEIO AMBIENTE	
7.1 – Incremento de produtividade agrícola	<ul style="list-style-type: none">➤ Apoio às ações que visem incrementos da produtividade agrícola e a transformação de produtos agropecuários visando à agregação de rendas na atividade rural;➤ Apoio à comercialização da produção agrícola;➤ Apoio ao desenvolvimento de atividades alternativas para a diversificação da produção rural;➤ Capacitação e treinamento de produtores e trabalhadores rurais, com vistas à utilização racional dos insumos e equipamentos agrícolas.
7.2 – Aquisição de equipamentos, máquinas e implementos agrícolas;	<ul style="list-style-type: none">➤ Aquisição de equipamentos, máquinas e implementos agrícolas para dar apoio aos pequenos produtores na manutenção da propriedade em condições de produzir para a subsistência e comércio;
7.3 – Inspeção sanitária animal e abatedouro publico no município.	<ul style="list-style-type: none">➤ Incentivar a adoção de técnicas de suplementação animal como cana de açúcar e capim Napier para reduzir a perda de produção na pecuária durante o período de estiagem➤ Aquisição de caminhonete 0km, para atender a zona rural (APA BAÍA NEGRA)
7.4 – Apoio ao Emprego	<ul style="list-style-type: none">➤ Instalação de abatedouro público➤ Desenvolver programas de industrialização visando a geração de empregos oferecendo incentivos fiscais.➤ Desenvolver Programas específicos para apoio de pequenos proprietários rurais para melhoria de renda



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

8 – DESENVOLVIMENTO RURAL

8.1 – Preservação Ambiental

- Implantação e manutenção de projetos e programas de preservação e recuperação do meio ambiente no meio urbano e rural, tais como:
 - Implantação do projeto de resíduos sólidos;
 - Divulgar e incentivar a coleta de lixo eletrônico;
 - Promover campanhas educacionais para execução de um programa de formação em Educação Ambiental;
 - Manutenção e convênio com empresa adequada para o recolhimento e destino final do lixo hospitalar;
 - Estudos para implantação, capacitação e formação da equipe técnica para gerenciamento e licenciamento ambiental (cursos, especializações);
 - Aquisição de um terreno/área adequada para o funcionamento de um centro de triagem de lixo urbano e uma mini-usina de reciclagem de materiais, incluindo a capacitação de funcionários
 - Construção de uma sede própria para a Fundação de Meio Ambiente;
 - Aquisição de um terreno/área adequada para o funcionamento de um centro de triagem do lixo urbano;

8.2- Formação de uma equipe para poda e extração de árvores e vegetação vinculada a Fundação

- Preservação e recuperação:
 - Preservação e recuperação de áreas degradadas e recursos hídricos como nascentes e matas ciliares;
 - Aquisição de mobiliário para a sede do Conselho Gestor da APA Baía Negra;
- Implementação de projetos que visam a geração de renda à comunidade ribeirinha
- Contratação de uma equipe vinculada à Fundação de Meio Ambiente para atender especificamente as demandas da FMADR
- Aquisição de um caminhão ¾, para uso da equipe de poda
- Capacitação da equipe de poda e extração de árvores;
- Criação do Horto Florestal no município de Ladário visando melhorar a arborização, e consequentemente a qualidade do ar.
- Preservação e recuperação

8.3 – Horto Florestal



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

8.4 – Aquisição da sede própria da FMADR

- Preservação e recuperação de áreas degradadas e recursos hídricos;
- Incentivo a criação e manutenção de áreas verdes no perímetro urbano do município para ampliação da arrecadação do ICMS Ecológico.
- Fiscalização rigorosa dos loteamentos de áreas que possuem córregos de acordo com o que versa o Código Florestal.
- Aquisição de uma área que comporte a sede da FMADR, o viveiro Municipal e maquinários;
- Compra de Insumos para ampliar a produção do viveiro municipal
- Criação do Núcleo de licenciamento ambiental no âmbito do município de Ladário com uma equipe multidisciplinar
- Aprovação do organograma da FMADR para criação dos cargos de diretorias (DGA's)
- Aquisição de material permanente, bem como de materiais de consumo para manutenção das ações da FMADR.

8.5 – Organização do uso da sede da APA Baía Negra

- Reforma e manutenção da sede do Conselho Gestor da APA Baía Negra
- Aquisição de mobiliário para a sede do Conselho Gestor da APA Baía Negra;
- Implementação de projetos que visam a geração de renda à comunidade ribeirinha
- Viabilizar transporte público à comunidade da APA Baía Negra;
- Implantação de uma (ETA) Estação de Tratamento de Água potável.

9 – OBRAS E INFRAESTRUTURA

9.1 – Infraestrutura Rural

- Readequação de Estradas rurais, controle de erosão do solo, cascalhamento e implantação de estradas;
- Construção, readequação de pontes e congêneres, visando a melhoria das estradas municipais.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

9.2 - Renovação da frota de máquinas e veículos	<ul style="list-style-type: none">➤ Aquisição de máquinas e equipamentos visando a melhoria na prestação de serviços;➤ Aquisição de novas máquinas e equipamentos e manutenção (Processo Licitatório) da frota já existente visando a melhoria na prestação de serviços.
9.3 - Reforma da MITRA	<ul style="list-style-type: none">➤ Reforma da MITRA para abrigar a sede da Prefeitura Municipal e demais Secretarias, a fim de aperfeiçoar a qualidade de atendimento do serviço público.
9.4 – Defesa Civil	<ul style="list-style-type: none">➤ Implantação da Defesa Civil
9.5 – Reforma e ampliação da AGEMTRAT – Agência Municipal de Trânsito	<p>* Reforma e ampliação do prédio da AGEMTRAT, para melhor atendimento do público e dos servidores ali lotados.</p>
9.6 – Execução de Obras da Orla Portuária	<ul style="list-style-type: none">➤ Execução de Obras revitalização da Orla Portuária
9.7 – Execução de Obras de drenagem e pavimentação asfáltica do bairro Boa Esperança (Sehac)	<ul style="list-style-type: none">➤ Execução das Obras de pavimentação Asfáltica e drenagem nos bairros Boa Esperança e Sehac.
9.8 – Execução de Obras de drenagem e pavimentação asfáltica na Rua Dom Aquino	<ul style="list-style-type: none">➤ Execução das Obras de pavimentação Asfáltica na Rua Dom Aquino entre as Ruas Saldanha da Gama e Afonso Pena no Município de Ladário-MS.
9.9 – Execução de Obras para restauração funcional de estradas vicinais no Assentamento 72.	<ul style="list-style-type: none">➤ Execução de Obras/Serviços de restauração funcional de estradas vicinais, com nivelamento das vias do Assentamento 72, nivelamento do terreno natural, lançamento da linha de greide, drenagem, dimensionamento e locação das obras de arte corrente, sinalização viária e serviços complementares, no Município de Ladário-MS”.
9.10 – Execução de Obras de pavimentação	<p>Execução de Obras de pavimentação no bairro nova aliança; Pavimentação do Bairro Alta Floresta I e II; Pavimentação da Rua Corumbá; Pavimentação da Rua Emília Alves e</p>



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

	Pavimentação da Rua Frei Liberato Ketterre
10 – ADMINISTRAÇÃO	
10.1 – Manutenção dos órgãos da administração Municipal;	<ul style="list-style-type: none">➤ Zelar pela conservação dos bens – imóveis, móveis e de informação - e pela qualidade na prestação dos serviços, em procedimentos pautados na transparência, na conveniência, na eficiência e na economicidade;➤ Reforma na sede da prefeitura em sua estrutura física, elétrica e hidráulica.
10.2 – Aquisição de equipamentos e material permanente	<ul style="list-style-type: none">➤ Dotar os órgãos municipais de equipamentos e materiais para a consecução de suas rotinas e objetivos, visando torná-las mais eficiente nos trabalhos executados.
10.3 - Promover a valorização dos servidores da Prefeitura Municipal	<ul style="list-style-type: none">➤ Capacitar os servidores para os diversos procedimentos, nas respectivas atividades em que atuam na administração pública municipal. Em especial, fomentar a Educação Continuada para elevação da escolaridade, interação com as TICs/informática, atendimento ao público, além das relações interpessoais e trabalho em equipe.➤ Criação de mecanismos que valorizem todos os servidores e as carreiras dos efetivos;➤ Garantia de reajuste salarial anual aos servidores públicos, baseado no índice inflacionário;➤ À luz da LRF, monitorar e manter a folha de pagamento dos servidores dentro dos limites prudenciais, da mesma forma os índices de aplicação de investimento em Saúde e Educação.➤ Zelar pela adimplência com as obrigações de recolhimentos gerais (patronais, vencimentos, contratos, etc).
10.4 - Levantamento, registro e incorporação do patrimônio público municipal	<ul style="list-style-type: none">➤ Identificar os bens móveis e imóveis da Prefeitura, atribuir valor, promover a incorporação ou alienação, implantar o cadastro e estabelecer processo de conservação e preservação.
10.5 - Implementar os mecanismos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal	<ul style="list-style-type: none">➤ Desenvolver ações de planejamento estratégico, municiar as rotinas de procedimentos padronizados e indicadores de controle de qualidade e eficiência; dotando a Prefeitura Municipal de mecanismos eficazes, para



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

10.6 - Realizar convênio na área de atendimento médico para os servidores municipais e outros convênios necessários

10.7 – Investimento Institucional

10.8 – Implementação de Sistema de Captação

10.9 – Aquisição de Maquinário

10.10 – Pavimentação

10.11 – Construções e Reformas

definição das políticas, diretrizes, prioridades e metas; que delineiem a programação e estabeleçam o cronograma das ações da administração; gerando dados e informações precisas.

- Realizar convênio na área de atendimento médico para os servidores municipais, prorrogação dos já existentes
- Reformar arcabouço legislativo do Município, contemplando: Reforma Administrativa Organizacional, PCCRs, Código Tributário, Ambiental e de Posturas, Sistema Previdenciário, Lei Orgânica;
- Implantar o Plano Diretor;
- Projetar, implantar, capacitar e monitorar sistemas de informação que visem integração segura de dados, geração de relatórios gerenciais, controle de processos, procedimentos e serviços, comunicação eficiente, valorização dos desempenhos individuais e acompanhamento de projetos, e respectivo alcance de metas em grupo nos princípios norteadores da Gestão Pública.
- Estruturar o departamento de demandas (licitação) e, estabelecer rotina de monitoramento e acompanhamento dos certames e contratos.
- Implantação de Sistema de Captação Superficial, Adução, de Água Bruta e Rede de Distribuição para o Assentamento 72 em Ladário-MS.
- Aquisição de máquinas e implementos necessários à execução dos trabalhos cabíveis à Secretaria de Administração.
- Pavimentação primária nas áreas de assentamento e parte rural do Município de Ladário –MS.
- Construção de nova sede da Prefeitura Municipal de Ladário
- Reforma do Estádio Municipal Vicente Fortunato
- Reforma do Ginásio Poliesportivo de Ladário
- Construção de Praça Esportiva



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

11 – FINANÇAS

11.1 – Ampliação da base contributiva da arrecadação própria do Município

- Firmar convênios com entidades da União Federal para obter recursos para as atividades da administração tributária, e modernização da área contábil e fiscal.
- Levantamento dos contribuintes omissos e identificação da planta urbana para lançamento dos impostos e cobrança de taxas. Adotar incentivos fiscais;
- Adotar incentivos fiscais;
- Promover a inscrição de débitos da dívida ativa Municipal; implementando ações administrativas e judiciais para cobrança das dívidas;

11.2 - Implementação das ações visando o controle dos gastos municipais e os ajustes fiscais necessários à recuperação das Finanças Municipais

- Fazer cumprir as regras da LC 101/2000, através da contratação ou aquisição de sistemas para gerenciamento e administração do orçamento, receitas e despesas.

11.3 - Levantamento dos imóveis urbanos e rurais para atualização dos dados econômicos

- Por georeferenciamento, levantar os imóveis urbanos e rurais para atualização física e digital dos cadastros;
- Manter o Cadastro Imobiliário do município atualizado, permitindo o lançamento dos impostos com maior precisão e correção. Bem como monitorá-los e fiscalizá-los.

11.4 - Fiscalização

- Promover a sistematização, zoneamento e programação das ações de fiscalização e recolhimento tributários; conferindo-lhe efetivo incremento de receita.
- Vistoriar a execução de obras, bem como do uso adequado do solo urbano e meio ambiente, desempenho de atividades regulamentadas.
- Fiscalizar a movimentação financeira e as prestações de contas dos recursos recebidos através de convênios e contratos.

11.5 – Investimento Institucional

- Realizar investimento em tecnologia, e capacitação dos servidores;
- Objetivar o incremento da arrecadação com possível plano de metas, gerando produtividade ao servidor;
- Aquisição de veículo para a fiscalização tributária;
- Aquisição de contêiner para arquivamento dos documentos gerados pelos setores de licitação, contabilidade e RH.

11.6 – Remuneração e carreira dos servidores

- Promover reajuste salarial aos servidores, a fim



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

11.7 – Software Contábil

de readequar a remuneração com os índices inflacionários.

- Revisão do Plano de Cargos e carreiras dos servidores
- Troca de Sistema Contábil, Orçamentário e Financeiro

12 – SECRETARIA DE HABITAÇÃO

12.1 – Manutenção da Secretaria de Habitação

- Aquisição de veículo para atender a secretaria com suas necessidades.
- Assegurar o funcionamento da secretaria de habitação conforme normas estabelecidas na lei de criação;
- Assegurar espaço físico adequado e com acessibilidade para atender com melhor qualidade os servidores da pasta bem como os munícipes;
- Adquirir e implementar o processo de informatização e desenvolvimento dos recursos humanos;
- Aquisição de material permanente como computadores, equipamentos de informática, mobiliários e utensílios para copa e cozinha;
- Adquirir materiais de expediente;

12.2 - Programas e Projetos Urbanos e Rurais (APA e Assentamentos)

- Elaborar projetos habitacionais e de regularização fundiária;
- Pleitear recursos junto ao Governo Federal e Estadual para execução dos projetos elaborados;

12.3 - Programas e Projetos Sociais Rurais

- Executar o Plano de Intervenção de Territórios conforme cronograma em andamento;
- Criação de cadastro eletrônico para Habitação e Regularização fundiária com o objetivo de entender o Déficit habitacional do município e subsidiar a secretaria com informações
- Propiciar a comunidade ribeirinha e rural, condições adequadas de moradia;
- Pleitear junto aos órgãos competentes, projeto de migração do Registro de Imóveis que hoje acontece na Comarca de Corumbá para serem efetivados no cartório de Ladário;
- Realizar proposta de mudança administrativa no



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

12.4 - Servidores da Secretaria de Habitação

nome da Secretaria Municipal Extraordinária de Habitação para Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

- Capacitar, atualizar e requalificar os servidores através de curso de qualificação e aperfeiçoamento na área de habitação e regularização fundiária;
- Contratação e ou disponibilidade do RH em disponibilizar um técnico jurídico para atender as demandas habitacionais e da Regularização Fundiária; contratação de 2 estagiários na área de Serviço Social e Direito, contratação de 3 servidores para atuar na secretaria pelo aumento das demandas
- Desenvolver os trabalhos técnicos da secretaria de forma transparente e com qualidade;
- Atender o público alvo com satisfação, contemplando as necessidades habitacionais e de regularização fundiária sempre que solicitadas;
- Estabelecer parcerias com as demais secretarias bem como com as instituições que colaborem nas ações elaboradas e previstas,
- Sinalizar nos projetos habitacionais ações comunitárias que visem à transformação social do público alvo;
- Envolver o público alvo com ações comunitárias junto ao CRAS sempre que houver a necessidade de realização de trabalho que reúnam famílias;
- Desenvolver ações comunitárias quando necessário
- Fomentar o FMHIS através das arrecadações realizadas pela Regularização Fundiária;
- Aplicar os recursos arrecadados nas demandas da secretaria bem como georreferenciar o município para futuros loteamentos e regularizações;
- Buscar atender as planilhas orçamentárias previstas no Plano de Intervenção de Territórios;
- Reorganizar e apoiar as necessidades apresentadas ao Conselho Municipal de

12.5 - Ações Comunitárias

12.6 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

	<ul style="list-style-type: none">➤ Habitação e o Conselho das Cidades.
13 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
13.1 – Fomento ao Comércio	<ul style="list-style-type: none">➤ Criar e viabilizar mecanismos de apoio, objetivando a geração de emprego e renda na comunidade;➤ Receber e atender autoridades, empresários, comitivas e pessoas que buscam conhecimento sobre Ladário e região, suas potencialidades, vantagens e condições para receber empreendimentos;➤ Incentivar a legalização de negócios informais que se enquadram nos requisitos estabelecidos pela Lei Complementar 123/06, também conhecida como Lei Geral do Micro e Pequena Empresa, facilitar a abertura de novas empresas e regularizar as atividades informais e oferecer serviço aos Microempreendedores Individuais (MEI);➤ Elaboração de plano de desenvolvimento econômico.➤ Criação da Associação Comercial de Ladário
13.2 - Formação e Qualificação	<ul style="list-style-type: none">➤ Curso de capacitação para agente de Desenvolvimento;➤ Curso sobre Convênios;➤ Curso sobre Captação de Recursos;➤ Desenvolvimento projetos e programas para a valorização das atividades no Município, buscando o desenvolvimento e capacitação tecnológica;
13.3 - Material de Divulgação e Realização de palestra	<ul style="list-style-type: none">➤ Disponibilizar orientação e materiais técnicos necessários para a obtenção de recursos para a execução da programação dos projetos viabilizados pela Pasta.
13.4 - Reestruturação do local de atendimento ao público	<ul style="list-style-type: none">➤ Estimulando e apoiando o processo de desenvolvimento municipal às iniciativas privadas e públicas relacionadas com o setor industrial, comercial, agropecuário, de serviços e turístico.
13.5 - Aquisição de um veículo	<ul style="list-style-type: none">➤ Aquisição de um veículo para atender as demandas da Secretaria Especial de Fomento ao Desenvolvimento Econômico.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

14 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

14.1 – Melhoria de estrutura

- Modernização da estrutura de rede física e Internet da prefeitura, suas secretarias, fundações, escolas, creches e postos de saúde. Manutenção e readequação da estrutura física do Data Center no prédio da prefeitura no intuito de ampliação do local para melhor acomodação de equipamentos e pessoal.

14.2 - Mapeamento da Prefeitura

- Realizar o mapeamento da prefeitura, suas secretarias, fundações, escolas, creches e postos de saúde, para implantação/readequação de rede intranet interligando vários locais do município através de fibra ótica e/ou via rádio. A ação visa melhoria na comunicação entre os ambientes, integração, possibilitando acessibilidade aos sistemas de gestão pública implantados no município e facilitando a implementação das políticas de segurança da informação.

14.3 - Aquisição de equipamentos

- Modernização da infraestrutura tecnológica e de equipamentos com a aquisição de computadores e periféricos, além de ferramentas de trabalho, mobiliário, veículo, equipamentos para segurança dos prédios, bens e servidores públicos.

14.4 - Aquisição e manutenção de sistemas

- Aquisição e implementação de sistemas de gestão governamental para as áreas de administração, contabilidade, planejamento, financeiro, educação, saúde, assistência social, entre outros; integração de sistemas e melhorias no data center.

14.5 – Capacitação e Treinamento

- Capacitação e treinamento específico, para que se possa atender de maneira adequada toda a estrutura física e não física da tecnologia da informação no município.

14.6 – Contratação de pessoal

* Reestruturação do Departamento de Tecnologia de Informação, com a formação de uma equipe de Tecnologia de Informação, para atendimentos simultâneos caso haja necessidade.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

15 – PREVLADÁRIO

15.1 – Implementação estrutural

- Obras e manutenção de imóvel Prevladário.
- Aquisição de equipamentos e material permanente.
- Aquisição de um veículo.
- Instalação e funcionamento da estrutura organizacional, com implantação dos procedimentos administrativos e operacionais para gerenciamento das atividades, do consumo e das metas para o PREVLADÁRIO.
- Capacitação, reciclagem e treinamento do quadro técnico, dos Conselheiros do CAPREV e dos membros do Comitê de investimentos.
- Realização dos Encontros sobre Previdência Social dos servidores efetivos e da prestação de contas.
- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
- Contratação de empresas para prestação de serviços de Assessoria, Consultoria e Planejamento
- Contratação de empresas para prestação de serviços de Perícia Médica em conformidade com a Lei Complementar nº 67-A/2012.
- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

16 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

16.1 - Manutenção da Controladoria Geral e Ouvidoria Geral

16.2 - Aquisição de material permanente e consumo

16.3 - Promover o treinamento de servidores da Controladoria Geral e Ouvidoria Geral

- Realizar supervisão, a verificação e a fiscalização dos registros orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais de competência dos órgãos e das entidades do Poder Executivo;
- Executar o assessoramento aos órgãos e às entidades do Poder Executivo, de modo a assegurar a observância das normas legais na execução de procedimentos, guarda e aplicação de dinheiro, valores e outros bens do Município;
- Realizar a inspeção e o controle da regularidade na realização das receitas e despesas e o exame dos atos que resultem em criação e extinção de direito e obrigações de ordem financeira e/ou patrimonial no âmbito do Poder Executivo;
- Desenvolver a avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e seus resultados
- Realizar inspeções extraordinárias, a pedido do Prefeito Municipal, de Secretários Municipais ou de titulares de entidades da administração indireta, para apuração de responsabilidade de agentes públicos;
- Desenvolver medidas de transparência pública, controles de gestão e acompanhamentos dos cumprimentos legais do Poder Executivo.
- Manutenção Predial
- Manutenção dos bens e equipamentos da Controladoria e Ouvidoria Geral
- Aquisição de equipamentos e material permanente, bem como de materiais de consumo para manutenção das ações da Controladoria e Ouvidoria
- Capacitação, reciclagem e treinamento do quadro técnico da Controladoria e Ouvidoria, denúncias e representações recebidas



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

**17- AGÊNCIA PORTUÁRIA MUNICIPAL DE
LADÁRIO**

17.1 – Aquisição de Material Permanente e de
Consumo

17.2- Contratação

17.3 – Investimento Institucional

* Dotar a entidade de estrutura administrativa para desempenhar as atribuições que competem a agência no que tange planejar, projetar e regulamentar e a operação de trânsito das embarcações dentro da área delegada bem como implementar medidas que facilitem o embarque e desembarque de passageiros e cargas dentro da área do porto e dessa maneira permitir a boa execução dos serviços e conservar os resultados almejados.

*Contratação de mão de obra especializada para a execução dos serviços para o funcionamento da agência.

*Realizar investimento em infraestrutura tecnológica em geral para sistematização dos serviços e proporcionar qualidade aos trabalhos a serem executados.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

18. FUNDAÇÃO DE TURISMO

18.1- Desenvolvimento do Turismo no Município

* Formular um plano estratégico para o desenvolvimento sustentável do turismo de Ladário, envolvendo todos os parceiros dos setores públicos privados;

* Desenvolver um programa ligado ao turismo sustentável, realizado com planejamento, com a partici

*Incrementar o turismo gastronômico;

Preparar Ladário para ser alternativa relevante na rota do turismo sulmatogrossense;

*Mapear os setores com potencial turístico, através do inventário turístico;

*Fazer pesquisa de levantamentos dos visitantes que participam das festividades de Ladário, Carnaval, Festa Junina e Festa de Nossa Senhora dos Remédios;

*Qualificação de mão de obra, recepcionista, garçom, roteiro, guias, cozinheiro, com oficinas e cursos;

*Incentivar as empresas e os prestadores de serviços a fazerem o cadastro no CADASTUR;

*Articulação para o retorno do Festival de Pesca Infantil;

*Articulação para o retorno da Festa de Rodeio;

*Levantamento e estudo da beira do rio da região da CODRASA para implantação da Praia Artificial;

*Produção do folder turístico do Município;

*Incentivar a feira de economia solidária;

*Alimentação de informações no programa de regionalização do turismo;

*Fornecimento de dados do observatório de Turismo de MS;

*Ação de restauração da praça e estátua do Cristo Redentor;

*Ação de restauração da Praça Gastão Brasil e a locomotiva da Maria Fumaça;

*Ação de restauração do monumento Peixe Dourado;

* Implantação do Portal de entrada com sinalização;

* Produção do Mapa Turístico com atrativo e serviços do Município;

*Estabelecer interlocução com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, objetivando a realização de parcerias para o desenvolvimento turístico;

Criar cooperativas de artesões para potencializar a venda de produtos regionais a turistas;

Estudar a potencialidade turística da APA Baía Negra;

* Reativar o funcionamento do COMTUR;

*Criação do Fundo Municipal de Turismo;

Firmar parceria com a Fundação Estadual de Turismo, através dos editais do convênio.

18.2- Conselho do Turismo

18.3- Convênio



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO**

Rua Corumbá, nº 500 – Centro
CEP: 79370-000 – Ladário – MS
(67) 3226-1250 – gabinete@ladario.ms.gov.br

19 – ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

19.1 - Aquisição de material permanente e consumo

➤ Manutenção dos bens e equipamentos da Advocacia Geral do Município

➤ Aquisição de equipamentos e material permanente, bem como de materiais de consumo para manutenção das ações da Advocacia Geral do Município.

19.2 - Promover o treinamento de servidores da Advocacia Geral do Município

➤ Capacitação, reciclagem e treinamento do quadro técnico da Advocacia Geral do Município

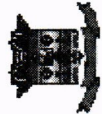
**IRANIL DE LIMA SOARES
PREFEITO MUNICIPAL**



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE LADÁRIO

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

Anexo 1 – AMF – Demonstrativos de Metas Anuais (LC n.º 101/00, art. 4º § 1º e Portaria da STN);

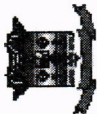


Entidades Selecionadas: PREF / FMS / FUNDEB / FMCA / FMHIS / CAMARA / FMC / FMFA / FUNESP / FMDE / FMTUR / RPPS / FMES / CALAMIDADE / FMMA / FMDR / OUTROS

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL - LDO LDO - Anexo 1 - AMF - Anexo de Metas Fiscais, Demonstrativo de Metas Anuais Ano de 2022

LC nº 101/2000, Art. 4º § 1º e Portaria da STN - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

G1 - ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100
Receita Total	87.000.000,00	83.453.237,41	0,06	0,00	91.500.000,00	84.191.639,49	0,06	0,00	96.500.000,00	85.172.446,55	0,06	0,00
Receitas Primárias (I)	78.918.500,00	75.701.199,04	0,04	0,00	83.000.000,00	76.370.558,23	0,04	0,00	87.500.000,00	77.228.902,31	0,04	0,00
Receitas Primárias Correntes	75.346.000,00	72.274.340,53	0,04	0,00	79.000.000,00	72.690.049,40	0,04	0,00	83.000.000,00	73.257.130,20	0,04	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.911.000,00	6.629.256,59	0,00	0,00	7.200.000,00	6.624.915,89	0,00	0,00	7.500.000,00	6.619.620,20	0,00	0,00
Contribuições	3.850.000,00	3.693.045,56	0,00	0,00	4.000.000,00	3.680.508,83	0,00	0,00	4.200.000,00	3.706.987,31	0,00	0,00
Transferências Correntes	64.109.000,00	61.495.443,64	0,04	0,00	67.200.000,00	61.832.548,35	0,04	0,00	70.550.000,00	62.268.560,67	0,04	0,00
Demais Receitas Primárias Correntes	476.000,00	456.594,72	0,00	0,00	600.000,00	552.076,32	0,00	0,00	750.000,00	661.962,02	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital	3.572.500,00	3.426.858,51	0,00	0,00	4.000.000,00	3.680.508,83	0,00	0,00	4.500.000,00	3.971.772,12	0,00	0,00
Despesa Total	87.000.000,00	83.453.237,41	0,06	0,00	91.500.000,00	84.191.639,49	0,06	0,00	96.500.000,00	85.172.446,55	0,06	0,00
Despesas Primárias (II)	78.305.000,00	75.112.709,83	0,04	0,00	81.899.000,00	75.357.498,17	0,04	0,00	85.849.000,00	75.771.703,25	0,04	0,00
Despesas Primárias Correntes	66.447.500,00	63.738.609,11	0,04	0,00	69.599.000,00	64.039.933,52	0,04	0,00	73.349.000,00	64.739.002,92	0,04	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	36.917.000,00	35.411.990,41	0,02	0,00	37.400.000,00	34.412.757,56	0,02	0,00	37.900.000,00	33.451.147,40	0,02	0,00
Outras Despesas Correntes	29.530.500,00	28.326.618,70	0,02	0,00	32.199.000,00	29.627.175,96	0,02	0,00	35.449.000,00	31.287.855,52	0,02	0,00
Despesas Primárias de Capital	7.957.500,00	7.633.093,52	0,00	0,00	8.500.000,00	7.821.081,26	0,00	0,00	9.000.000,00	7.943.544,24	0,00	0,00
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	3.900.000,00	3.741.007,19	0,00	0,00	3.800.000,00	3.496.483,39	0,00	0,00	3.500.000,00	3.089.156,09	0,00	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	613.500,00	588.489,21	0,00	0,00	1.101.000,00	1.013.060,05	0,00	0,00	1.651.000,00	1.457.199,06	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	1.221.500,00	1.171.702,64	0,00	0,00	1.300.000,00	1.196.165,37	0,00	0,00	1.400.000,00	1.235.662,44	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	1.000,00	959,23	0,00	0,00	1.000,00	920,13	0,00	0,00	1.000,00	882,62	0,00	0,00
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	1.834.000,00	1.759.232,61	0,00	0,00	2.400.000,00	2.208.305,30	0,00	0,00	3.050.000,00	2.691.978,88	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	5.500.000,00	5.275.779,38	0,00	0,00	5.000.000,00	4.600.636,04	0,00	0,00	4.500.000,00	3.971.772,12	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-3.000.000,00	-2.877.697,84	0,00	0,00	-3.500.000,00	-3.220.445,23	0,00	0,00	-4.000.000,00	-3.530.464,10	0,00	0,00



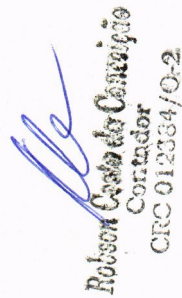
Entidades Selecionadas: PREF / FMS / FMIS / FUNDEB / FMCA / FMHIS / CAMARA / FMC / FMFA / FUNESP / FMDE / FMTUR / RPPS / FMES / CALAMIDADE / FMMA / FMDR / OUTROS

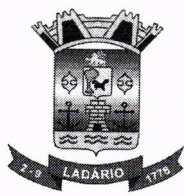
INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL - LDO
LDO - Anexo 1 - AMF - Anexo de Metas Fiscais, Demonstrativo de Metas Anuais Ano de 2022

LC nº 101/2000, Art. 4º § 1º e Portaria da STN - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

G1 - ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00


IRANIL DE LIMA SOARES
PREFEITO MUNICIPAL


Robson Costa da Conceição
Contador
CRC 012364/O-2



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE LADÁRIO

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

Anexo 2 – AMF – Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (LC n.º 101/00, art. 4º § 2º, I, e Portaria da STN);



MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE LADÁRIO
RUA CORUMBA, 500, CENTRO, LADÁRIO/MS

Quality Sistemas
Exercício: 2022
13/08/2021 - 17:25:54

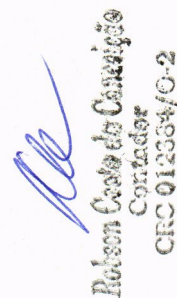
Entidades Selecionadas: PREF / FMS / FMS / FUNDEB / FMCA / FMHIS / CAMARA / FMC / FMFA / FUNESP / FMDE / FMATUR / RPPS / FMES / CALAMIDADE / FMMA / FMIDR / OUTROS

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL - LDO LDO - Anexo 2 - AMF - Anexo de Metas Fiscais, Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior Ano de 2022

LC nº 101/2000, Art. 4º § 2º, I, e Portaria da STN - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018

G1 - ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2020 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2020 (b)	% PIB	% RCL	% PIB	% RCL	Variação	
									Valor (c) = (b-a)	% (c / a) x 100
Receita Total	76.000.000,00	0,06	175,79	77.954.516,36	0,06	180,31			1.954.516,36	2,51
Receitas Primárias (I)	70.842.500,00	0,05	163,84	68.369.905,61	0,05	158,12			-2.472.594,39	-3,62
Despesa Total	76.000.000,00	0,06	175,79	79.243.216,87	0,06	183,29			3.243.216,87	4,09
Despesas Primárias (II)	66.357.500,00	0,04	153,48	73.466.426,64	0,05	169,92			7.108.926,64	9,68
Resultado Primário (III) = (I-II)	4.485.000,00	0,01	10,36	-5.096.521,03	0,00	-11,80			-9.581.521,03	188,00
Resultado Nominal	5.837.500,00	0,01	13,49	-899.807,14	0,00	-2,10			-6.737.307,14	748,75
Dívida Pública Consolidada	6.474.077,77	0,00	14,97	6.474.077,77	0,00	14,97			0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-2.279.158,37	0,00	-5,27	-2.279.158,37	0,00	-5,27			0,00	0,00


IRANIL DE LIMA SOARES
PREFEITO MUNICIPAL


Rolsen Costa da Camargo
Contador
CRC 012334/O-2



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE LADÁRIO

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

Anexo 3 – AMF – Comparativo das Metas Fiscais Atuais com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LC n.º 101/00, art. 4º § 2º, II, e Portaria da STN);

Entidades Selecionadas: PREF / FMS / FMIS / FUNDEB / FMCA / FMHIS / CAMARA / FMC / FMFA / FUNESP / FMDE / FMTUR / RPPS / FMES / CALAMIDADE / FMMA / FMDR / OUTROS


INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL – LDO
LDO - Anexo 3 - AMF – Anexo de Metas Fiscais, Comparativo das Metas Fiscais Atuais com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
Ano de 2022

LC nº 101/2000, Art. 4º § 2º, II, e Portaria da STN - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

G1 - ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024
Receita Total	73.000.000,00	76.000.000,00	4,11	79.000.000,00	3,95	87.000.000,00	10,13	91.500.000,00	5,17	96.500.000,00
Receitas Primárias (I)	68.404.500,00	70.842.500,00	3,56	72.633.500,00	2,53	78.918.500,00	8,65	83.000.000,00	5,17	87.500.000,00
Despesa Total	73.000.000,00	76.000.000,00	4,11	79.000.000,00	3,95	87.000.000,00	10,13	91.500.000,00	5,17	96.500.000,00
Despesas Primárias (II)	63.255.000,00	66.357.500,00	4,90	72.794.000,00	9,70	78.305.000,00	7,57	81.899.000,00	4,59	85.849.000,00
Resultado Primário (III) = (I-II)	5.149.500,00	4.485.000,00	-12,90	-160.500,00	-103,58	613.500,00	482,24	1.101.000,00	79,46	1.651.000,00
Resultado Nominal	6.340.000,00	5.837.500,00	-7,93	1.011.000,00	-82,68	1.834.000,00	81,40	2.400.000,00	30,86	3.050.000,00
Dívida Pública Consolidada	7.988.633,45	6.474.077,77	-18,96	6.000.000,00	-7,32	5.500.000,00	-8,33	5.000.000,00	-9,09	4.500.000,00
Dívida Consolidada Líquida	-6.051.062,54	-2.279.158,37	62,33	-2.500.000,00	-9,69	-3.000.000,00	-20,00	-3.500.000,00	-16,67	-4.000.000,00

G2 - ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024
Receita Total	78.956.343,75	78.850.000,00	-0,13	79.000.000,00	3,95	83.453.237,41	10,13	84.191.639,49	5,17	85.172.446,55
Receitas Primárias (I)	73.985.879,67	73.499.093,75	-0,66	72.633.500,00	2,53	75.701.199,04	8,65	76.370.558,23	5,17	77.228.902,31
Despesa Total	78.956.343,75	78.850.000,00	-0,13	79.000.000,00	3,95	83.453.237,41	10,13	84.191.639,49	5,17	85.172.446,55
Despesas Primárias (II)	68.416.212,66	68.845.906,25	0,63	72.794.000,00	9,70	75.112.709,83	7,57	75.357.498,17	4,59	75.771.703,25
Resultado Primário (III) = (I-II)	5.569.667,01	4.653.187,50	-16,45	-160.500,00	-103,58	588.489,21	482,24	1.013.060,05	79,46	1.457.199,06
Resultado Nominal	6.857.304,37	6.056.406,25	-11,68	1.011.000,00	-82,68	1.759.232,61	81,40	2.208.305,30	30,86	2.691.978,88
Dívida Pública Consolidada	8.640.456,01	6.716.855,69	-22,26	6.000.000,00	-7,32	5.275.779,38	-8,33	4.600.636,04	-9,09	3.971.772,12
Dívida Consolidada Líquida	-6.544.791,42	-2.364.626,81	63,87	-2.500.000,00	-9,69	-2.877.697,84	-20,00	-3.220.445,23	-16,67	-3.530.464,10


IRANIL DE LIMA SOARES
PREFEITO MUNICIPAL


Ruben Carlos da Conceição
Contador
CRC 012364/O-2



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE LADÁRIO

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

Anexo 4 – AMF – Demonstrativo de Evolução do Patrimônio Líquido (LC n.º 101/00, art. 4º § 2º, III, e Portaria da STN);




LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO
2022


AMF – Demonstrativo IV (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2019	%	2020	%
Patrimônio/Capital	50.662.324,83	100	53.749.557,95	100	16.553.579,19	100
Reservas	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Resultado Acumulado	0,00	0	0,00	0	0,00	0
TOTAL	50.662.324,83	100	53.749.557,95	100	16.553.579,19	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2019	%	2020	%
Patrimônio/Capital	6.998.075,05	100	8.881.537,45	100	30.167.171,15	100
Reservas	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0	0,00	0	0,00	0
TOTAL	6.998.075,05	100	8.881.537,45	100	30.167.171,15	100


IRANIL DE LIMA SOARES
PREFEITO MUNICIPAL


Ruben Costa da Conceição
Contador
CRC 012364/O-2



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE LADÁRIO

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

Anexo 5 – AMF – Demonstrativo de Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, (LC n.º 101/00, art. 4º § 2º, III, e Portaria da STN);



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APL. DOS REC. OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDADO
2022


AMF – Demonstrativo V (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2020 (a)	2019 (b)	2018 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2020 (d)	2019 (e)	2018 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2020 (g) = ((Ia-IIId) + IIIh)	2019 (h) = ((Ib-IIe) + IIIi)	2018 (i) = ((Ic-IIf) + IIIj)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00


IRANIL DE LIMA SOARES
PREFEITO MUNICIPAL


Robson Costa da Conceição
Contador
CRC 012364/O-2



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE LADÁRIO

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

Anexo 6 – AMF – Demonstrativo de Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (LC n.º 101/00, art. 4º § 2º, IV, alínea “a” e Portaria da STN);



Entidades Selecionadas: PREF / FMS / FMIS / FMAS / FUNDEB / FMCA / FMHIS / CAMARA / FMC / FMFA / FUNESP / FMDE / FMTUR / RPPS / FMES / CALAMIDADE / FMMA / FMDR / OUTROS

LDO - Anexo 6 - AMF – Anexo de Metas Fiscais, Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

LC nº 101/2000, Art. 4º § 2º, IV, alínea "a" e Portaria da STN - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)	6.213.194,81	6.841.683,84	8.710.847,94
Receita de Contribuições dos Segurados	1.554.100,83	1.802.635,68	1.976.389,97
Civil	1.554.100,83	1.802.635,68	1.976.389,97
Ativo	1.554.100,83	1.802.635,68	1.976.389,97
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	3.254.146,64	3.560.650,58	3.981.173,11
Civil	3.254.146,64	3.560.650,58	3.981.173,11
Ativo	3.254.146,64	3.560.650,58	3.981.173,11
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.404.947,34	1.478.397,58	2.753.284,86
Receitas Imobiliárias	1.404.838,96	1.478.397,58	2.753.284,86
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	108,38	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	6.213.194,81	6.841.683,84	8.710.847,94

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
Benefícios - Civil	864.978,14	1.228.244,79	1.282.240,31
Aposentadorias	507.887,72	891.805,42	1.151.979,15
Pensões	68.903,78	123.790,78	130.261,16
Outros Benefícios Previdenciários	288.186,64	212.648,59	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00



Entidades Selecionadas: PREF / FMS / FMIS / FMAS / FUNDEB / FMCA / FMHIS / CAMARA / FMC / FMFA / FUNESP / FMDE / FMTUR / RPPS / FMES / CALAMIDADE / FMMA / FMDR / OUTROS

LDO - Anexo 6 - AMF - Anexo de Metas Fiscais, Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

LC nº 101/2000, Art. 4º § 2º, IV, alínea "a" e Portaria da STN - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	17.164,00	0,00	159.265,31
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	17.164,00	0,00	159.265,31
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	882.142,14	1.228.244,79	1.441.505,62

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	2018	2019	2020
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	5.331.052,67	5.613.439,05	7.269.342,32

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2018	2019	2020
VALOR	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2018	2019	2020
VALOR	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2018	2019	2020
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	2018	2019	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00



Entidades Selecionadas: PREF / FMS / FMIS / FMAS / FUNDEB / FMCA / FMHIS / CAMARA / FMC / FMFA / FUNESP / FMDE / FMTUR / RPPS / FMES / CALAMIDADE / FMMA / FMDR / OUTROS

LDO - Anexo 6 - AMF - Anexo de Metas Fiscais, Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

LC nº 101/2000, Art. 4º § 2º, IV, alínea "a" e Portaria da STN - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	2018	2019	2020
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)2	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2018	2019	2020
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2018	2019	2020
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00



Entidades Selecionadas: PREF / FMS / FMIS / FMAS / FUNDEB / FMCA / FMHIS / CAMARA / FMC / FMFA / FUNESP / FMDE / FMTUR / RPPS / FMES / CALAMIDADE / FMMA / FMDR / OUTROS

LDO - Anexo 6 - AMF - Anexo de Metas Fiscais, Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

LC nº 101/2000, Art. 4º § 2º, IV, alínea "a" e Portaria da STN - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2018	2019	2020
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS	2018	2019	2020
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=[("d" exerc. anterior)+(c)]
2021	7.463.122,46	3.283.196,97	4.179.925,49	35.968.361,36
2022	7.970.540,47	4.396.141,31	3.574.399,16	39.542.760,52
2023	8.574.502,12	4.931.674,30	3.642.827,82	43.185.588,34
2024	9.134.309,17	5.767.826,68	3.366.482,49	46.552.070,83
2025	9.862.885,23	6.509.152,08	3.353.733,15	49.905.803,98
2026	10.011.933,33	7.264.887,20	2.747.046,13	52.652.850,11
2027	10.132.600,75	7.972.499,32	2.160.101,43	54.812.951,54
2028	10.242.309,39	8.543.532,64	1.698.776,75	56.511.728,29
2029	10.328.761,09	9.093.184,56	1.235.576,53	57.747.304,82
2030	10.405.189,12	9.547.248,59	857.940,53	58.605.245,35
2031	10.448.039,66	10.043.124,88	404.914,78	59.010.160,13
2032	10.448.143,62	10.601.990,31	-153.846,69	58.856.313,44
2033	10.408.693,04	11.176.537,93	-767.844,89	58.088.468,55
2034	10.348.142,57	11.661.446,40	-1.313.303,83	56.775.164,72
2035	10.170.047,32	12.540.372,89	-2.370.325,57	54.404.839,15
2036	9.949.529,49	13.300.552,12	-3.351.022,63	51.053.816,52
2037	9.758.032,95	13.621.097,65	-3.863.064,70	47.190.751,82
2038	9.457.554,99	14.304.164,78	-4.846.609,79	42.344.142,03
2039	9.130.554,22	14.813.111,98	-5.682.557,76	36.661.584,27
2040	8.727.400,43	15.430.863,00	-6.703.462,57	29.958.121,70
2041	8.303.261,48	15.837.599,35	-7.534.337,87	22.423.783,83
2042	7.873.134,47	16.017.343,28	-8.144.208,81	14.279.575,02
2043	7.317.770,61	16.609.848,85	-9.292.078,24	4.987.496,78
2044	6.754.301,50	16.893.068,02	-10.138.766,52	-5.151.269,74
2045	6.206.726,46	16.841.187,56	-10.634.461,10	-15.785.730,84
2046	5.638.587,46	16.734.234,28	-11.095.646,82	-26.881.377,66
2047	5.006.731,91	16.790.968,60	-11.784.236,69	-38.665.614,35
2048	4.394.005,44	16.545.937,30	-12.151.931,86	-50.817.546,21
2049	-2.797.572,17	16.503.249,39	-19.300.821,56	-70.118.367,77
2050	-3.964.734,40	16.157.143,41	-20.121.877,81	-90.240.245,58
2051	-5.192.089,36	15.850.227,03	-21.042.316,39	-111.282.561,97
2052	-6.445.672,70	15.390.849,97	-21.836.522,67	-133.119.084,64
2053	-7.735.003,38	14.865.681,18	-22.600.684,56	-155.719.769,20
2054	-9.079.737,72	14.378.363,65	-23.458.101,37	-179.177.870,57



Entidades Selecionadas: PREF / FMS / FMIS / FMAS / FUNDEB / FMCA / FMHIS / CAMARA / FMC / FMFA / FUNESP / FMDE / FMTUR / RPPS / FMES / CALAMIDADE / FMMA / FMDR / OUTROS

LDO - Anexo 6 - AMF - Anexo de Metas Fiscais, Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

LC nº 101/2000, Art. 4º § 2º, IV, alínea "a" e Portaria da STN - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)="d" exerc. anterior)+(c)
2055	-10.460.756,92	13.811.148,83	-24.271.905,75	-203.449.776,32
2056	-11.887.752,87	13.225.796,17	-25.113.549,04	-228.563.325,36
2057	-13.375.631,12	12.688.287,11	-26.063.918,23	-254.627.243,59
2058	-14.914.091,92	12.119.179,19	-27.033.271,11	-281.660.514,70
2059	-16.505.178,92	11.525.377,96	-28.030.556,88	-309.691.071,58
2060	-18.147.803,49	10.896.120,29	-29.043.923,78	-338.734.995,36
2061	-19.849.803,69	10.267.126,88	-30.116.930,57	-368.851.925,93
2062	-21.614.675,70	9.640.677,88	-31.255.353,58	-400.107.279,51
2063	-23.446.254,14	9.019.030,21	-32.465.284,35	-432.572.563,86
2064	-25.348.730,47	8.404.561,91	-33.753.292,38	-466.325.856,24
2065	-27.326.680,95	7.799.393,23	-35.126.074,18	-501.451.930,42
2066	-29.385.074,12	7.205.796,72	-36.590.870,84	-538.042.801,26
2067	-31.529.302,55	6.626.262,94	-38.155.565,49	-576.198.366,75
2068	-33.765.221,08	6.063.129,82	-39.828.350,90	-616.026.717,65
2069	-36.099.163,88	5.518.711,28	-41.617.875,16	-657.644.592,81
2070	-38.537.972,22	4.995.324,16	-43.533.296,38	-701.177.889,19
2071	-41.089.023,87	4.495.168,81	-45.584.192,68	-746.762.081,87
2072	-43.760.257,81	4.020.099,86	-47.780.357,67	-794.542.439,54

PLANO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)="d" exerc. anterior)+(c)
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00



Entidades Selecionadas: PREF / FMS / FMIS / FMAS / FUNDEB / FMCA / FMHIS / CAMARA / FMC / FMFA / FUNESP / FMDE / FMTUR / RPPS / FMES / CALAMIDADE / FMMA / FMDR / OUTROS

LDO - Anexo 6 - AMF - Anexo de Metas Fiscais, Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

LC nº 101/2000, Art. 4º § 2º, IV, alínea "a" e Portaria da STN - TCE/MS, Resolução nº 88, de 03/10/2018.

PLANO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)={"d" exerc. anterior}+(c)
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00


IRANIL DE LIMA SOARES
PREFEITO MUNICIPAL


Ruteon Costa da Conceição
Contador
CRC 012664/O-2



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE LADÁRIO

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento


Anexo 7 – AMF – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LC n.º 101/00, art. 4º § 2º, V e Portaria da STN);




LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA - CONSOLIDADO
2022

AMF – Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	Concessão de isenção em caráter não geral	Programas Sociais / Aposentados / Pensionistas	24.000,00	25.000,00	26.000,00	As isenções do IPTU para os programas Sociais não são considerados na previsão Orçamentaria
TOTAL			24.000,00	25.000,00	26.000,00	-


IRANIL DE LIMA SOARES
PREFEITO MUNICIPAL


Robson Costa da Conceição
Contador
CRC 012384/O-2



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE LADÁRIO

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

Anexo 8 – AMF – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LC n.º 101/00, art. 4º § 2º, V e Portaria da STN);

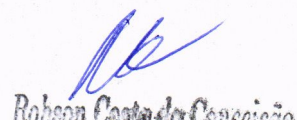


LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS
DE CARÁTER CONTINUADO - CONSOLIDADO**
2022

AMF – Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2022
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V = III - IV)	0,00


IRANIL DE LIMA SOARES
PREFEITO MUNICIPAL


Robson Costa da Conceição
Contador
CRC 012334/O-2



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE LADÁRIO

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

Anexo 1 – ARF – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, ou Declaração de Inocorrência de Movimento (L





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2022

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais.	50.000,00	Contingenciamento das despesas compatível com o valor estimado da queda.	50.000,00
Assistencia a Pessoas Carentes	50.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência.	50.000,00
Assistência e controle de surtos epidêmicos proliferados no município.	100.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência.	100.000,00
SUBTOTAL	200.000,00	SUBTOTAL	200.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação.	100.000,00	Contingenciamento das despesas compatível com o valor estimado da queda.	100.000,00
Restituição de Tributos a Maior	50.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discricionárias.	50.000,00
Outros Riscos Fiscais.	50.000,00	Contingenciamento das despesas compatível com o valor estimado da queda.	50.000,00
SUBTOTAL	200.000,00	SUBTOTAL	200.000,00
TOTAL	400.000,00	TOTAL	400.000,00


IRANIL DE LIMA SOARES
PREFEITO MUNICIPAL


Raimundo Costa da Conceição
Contador
CRC 012384/O-2